

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DE CAMPOS**

BRUNA ALESSANDRA DE GOUVEIA FREITAS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO NORTE
FLUMINENSE: O CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DE CAMPOS

BRUNA ALESSANDRA DE GOUVEIA FREITAS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIAATIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE: O
CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, CAMPOS DOS
GOYTACAZES – RJ**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense – PUCG, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Erika Vanessa Moreira.

Campos dos Goytacazes

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BIF
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G719a Gouveia freitas, Bruna Alessandra de
AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE :
O CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES ? RJ / Bruna
Alessandra de Gouveia freitas ; Erika Vanessa Moreira Santos,
orientadora. Campos dos Goytacazes, 2018.
75 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional,
Campos dos Goytacazes, 2018.

1. Agricultura Familiar. 2. Pluriatividade. 3. Campos dos
Goytacazes. 4. Assentamentos Rurais. 5. Produção
intelectual. I. Moreira Santos, Erika Vanessa, orientadora.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional.
III. Título.

CDD -

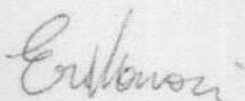
BRUNA ALESSANDRA DE GOUVEIA FREITAS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE: O
CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ**

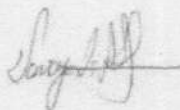
Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Bacharelado
em Geografia, como requisito parcial
para conclusão do curso.

Aprovada em 17 de dezembro de 2018.

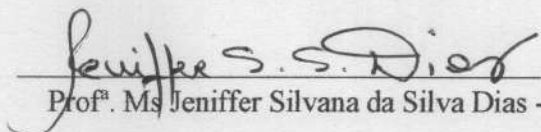
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Erika Vanessa Moreira Santos (Orientadora) – UFF



Prof^ª. Dr^ª. Vanuza da Silva Pereira Ney- UFF



Prof^ª. Ms Jeniffer Silvana da Silva Dias - UFF

AGRADECIMENTOS

Sempre entendi, e hoje, ao finalizar um ciclo, entendo de forma mais intensa que não caminhamos sozinhos. Agradecer é um privilégio, pois significa que tem pessoas que nos ajudaram e que torceram por nós.

Não poderia começar de forma diferente: meus pais são à base da minha vida. Devo esse momento a eles, por sempre me apoiarem, por diversas vezes serem meus psicólogos, meus melhores amigos, que investiram financeiramente em mim para esse momento acontecer. Não seria nada sem eles, e tudo que sou devo a eles. Mil vezes obrigada!

Agradeço a minha irmã e minha melhor amiga da vida, Cláudia. Obrigada por me apoiar, por sempre me motivar, entender muitas vezes minha ausência, e mesmo de longe, não deixar de estar perto. Amo você!

Agradeço à minha família. Meus tios, meus primos, meus avós, por sempre me incentivarem, e entender por vezes minha ausência em aniversários e datas comemorativas. Obrigada! Agradeço de forma especial, ao meu avô Valfredo, que não está mais entre nós fisicamente, mas está dentro do meu coração de uma forma muito viva. Foi um dos meus maiores incentivadores quando decidi cursar Geografia em Campos dos Goytacazes, e sempre me perguntava “minha filha, quer 10 reais para ir ao sacolão em Campos?”. Vovô, o senhor é eterno! Obrigada.

Agradeço a minha orientadora Erika Moreira, sem ela esse trabalho não seria possível. Obrigada por me apoiar quando decidi mudar o tema da monografia. Agradeço as diversas orientações, pela paciência, pelos conselhos, opiniões e até pelos ‘puxões de orelha’, que com certeza contribuíram para a melhora do presente trabalho. Obrigada pelos ensinamentos em Geografia Agrária no geral, que com certeza foram muitos e que vou levar pra vida!

Agradeço de forma muito especial aos irmãos que a vida me deu: Isabelle, Lohan, Mariana e Yasmin. Foram de extrema importância em todos os momentos que me senti cansada e desmotivada, seja pela faculdade ou pela vida, mostrando que independente do tamanho do obstáculo, eu sempre conseguiria ultrapassar. De 2012 pra vida! Amo vocês.

Agradeço aos amigos que a faculdade me deu: Pablo, Roberta, Florence, Diego, Igor, Guilherme e Thaianne. Amigos que por vezes foram a minha família, onde desabafei, chorei e

[Digite texto]

morri de rir. Alguns estão comigo desde 2015, outros chegaram um pouco depois. Foi um prazer compartilhar com vocês essa loucura que é a faculdade e a vida. Tenho certeza que nosso encontro não foi atoa! Obrigada pelas cervejas no Dandão, pelos almoços de domingo e pela amizade!

Agradeço as meninas que estão comigo desde o primeiro dia de aula: Flávia, Amorita, Gabrielly, Rafaela e Manuela. Quantas coisas não passamos juntas? Desesperos antes das provas, nervosismo para conseguir entregar os trabalhos a tempo, entre tantas outras coisas. No meio tempo, compartilhávamos histórias, sentimentos, vivências e nos conhecíamos melhor a cada dia. E com isso, já se passaram 4 anos! Agradeço de forma especial a Flávia, que é mãe, esposa, trabalhadora e universitária, e que no meio de tantas funções, exercendo de forma tão bem tudo, me dava forças diversas vezes a continuar!

Agradeço a Aline, Gabrielle, Monique, Carol, Marco, Juliana, Helena, Gláucia, Thaiane e a minha orientadora Erika, por terem ido aplicar os questionários comigo no assentamento Zumbi dos Palmares em um sábado inteiro! Obrigada pela ajuda e por tornarem possível esse trabalho! E agradeço também a Berta e ao Marcos, assentados do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares, que cederam sua casa para nossos lanches e estiveram a disposição para o que precisássemos.

Agradeço a todos do NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos), em especial os professores Leandro, Socorro, Erika e Vanuza pelos conhecimentos compartilhados, e agradeço também os alunos que compõem o laboratório, obrigada por compartilharem os conhecimentos obtidos com suas pesquisas, que com certeza agregaram muito a minha formação acadêmica.

Agradeço também ao João Carlos que por vezes me incentivou e sempre disse que eu conseguiria. Obrigada!

E, por fim, agradeço a Deus por tudo isso ser possível, por eu poder ter a chance de agradecer por tantas pessoas maravilhosas que estão ou passaram pela minha vida, pela minha saúde e por sempre ouvir meus anseios e medos!

[Digite texto]

Resumo

Com a modernização conservadora da agricultura na década de 1970, os agricultores familiares intensificaram a busca por novas formas de reprodução a fim de permanecerem no campo, visto que a modernização tecnológica não os beneficiou. Desde então, a pluriatividade está presente no meio rural brasileiro como uma estratégia de reprodução social e econômica dos agricultores familiares. O presente trabalho visa articular agricultura familiar, assentamentos rurais e o fenômeno da pluriatividade, e tem como finalidade analisar se os assentados do assentamento Zumbi dos Palmares, localizado em Campos dos Goytacazes, realiza nas suas estratégias de reprodução o fenômeno da pluriatividade, que se caracteriza pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. A metodologia adotada se baseou na pesquisa qualitativa, com o uso da pesquisa empírica (trabalho de campo com aplicação de questionários semiestruturados), pesquisa bibliográfica sobre os principais temas e coleta e sistematização de dados de fontes secundárias. A pesquisa evidenciou que a pluriatividade é uma forma de geração de renda e estratégia de reprodução social e econômica que os agricultores familiares do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares adotam para assegurar serviços básicos para a família quando são desassistidos pelo insuficiente apoio de órgãos governamentais no que diz respeito à assistência técnica, canais de comercialização e incentivo à produção agrícola.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Pluriatividade; Assentamentos rurais; Campos dos Goytacazes.

.

Abstract

With the conservative modernization of agriculture in the 1970s, farmers intensified the search for new forms of reproduction in order to remain in the field, since technological modernization did not benefit them. Since then, pluriactivity is present in the Brazilian countryside as a social and economic strategy reproduction of family farmers. This paper aims to articulate family agriculture, rural settlements and the phenomenon of pluriactivity, and has as purpose to analyze if the settlers of the settlement Zumbi dos Palmares, located in Campos dos Goytacazes, performs in its reproduction strategies the phenomenon of pluriactivity, which is characterized by the combination of agricultural activities and non-agricultural. The methodology adopted was based on the qualitative research, using the empirical research (fieldwork with the application of questionnaires semi-structured), bibliographic research on the main topics and collection and systematization of data from secondary sources. The research showed that the pluriactivity is a form of income generation, social reproduction strategy and that the family farmers of nucleus II of the Zumbi dos Palmares settlement adopt to ensure basic services for the family when they are not having sufficient support of government bodies in technical assistance, marketing channels and incentives for agricultural production.

Lista de Figura

Figura 01	– Mapa de localização do Norte Fluminense.....	41
Figura 02	– Gráfico da população urbana e rural de Campos dos Goytacazes, de 1980 a 2010.....	44
Figura 03	– Mapa de localização do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares.....	52
Figura 04	– Local de origem dos assentados entrevistados	53
Figura 05	– Mão de obra extra utilizada no processo produtivo pelos assentados nos estabelecimentos agropecuários.....	57
Figura 06	– Uso de agrotóxico pelos assentados do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares.....	59
Figura 07	– Canais de comercialização dos assentados do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares.....	60

Lista de Quadro

Quadro 1 – Definições dos termos “ <i>pluriactivité</i> ” e “ <i>part-time farming</i> ”	31
---	----

Lista de tabelas

Tabela 01 – Número de lotes por núcleo do assentamento Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.....	16
Tabela 02 – Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar nas regiões do Brasil.....	21
Tabela 03 – Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar.....	22
Tabela 04 – Comparação da área total colhida (em hectares) com a área colhida de cana-de-açúcar (em hectares) nos anos de 2000, 2006 e 2017 no Norte Fluminense.....	42
Tabela 05 – Área total dos estabelecimentos e número dos estabelecimentos dos municípios da região Norte Fluminense nos anos de 2006 e 2017.....	43
Tabela 06 – Número dos estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo o Censo Agropecuário.....	44
Tabela 07 – Principais lavouras temporárias do município de Campos dos Goytacazes.....	45
Tabela 08 – Principais lavouras permanentes do município de Campos dos Goytacazes.....	45
Tabela 09 – Quantidade de membros que residem nos lotes.....	54
Tabela 10 – Ano de chegada das famílias ao assentamento.....	54
Tabela 11 – Faixa etária dos entrevistados e suas famílias.....	55
Tabela 12 – Escolaridade dos cônjuges e dos entrevistados.....	55
Tabela 13 – Escolaridade dos filhos dos entrevistados.....	56
Tabela 14 – Acesso a DAP (Declaração de Aptidão) e assistência técnica.....	58
Tabela 15 – Condição de vida após a chegada ao assentamento.....	61
Tabela 16 – Renda agrícola ou pluriativa das famílias assentadas.....	62

Lista de siglas e abreviaturas

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERU	Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos
PAC	Produção Agrícola Comum
PAM	Produção Agrícola Municipal
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	18
CAPÍTULO 2 – A PLURIATIVIDADE E AS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	29
2.1 Pluriatividade: questão teórica.....	29
2.2 Pluriatividade, perspectiva de Kautsky.....	32
2.3 Pluriatividade, perspectiva do Chayanov.....	33
2.4 Pluriatividade, perspectiva de Marsden e Fuller.....	34
2.5 Experiências de estudos sobre a pluriatividade no Brasil.....	36
CAPÍTULO 3 – A AGRICULTURA FAMILIAR E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE.....	41
3.1 Contextualizando os assentamentos rurais e o caso do Norte Fluminense.....	46
3.2 Assentamento Zumbi dos Palmares.....	49
CAPÍTULO 4 – A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ.....	52
4.1. Análise dos resultados - Caracterização dos entrevistados e da unidade familiar.....	52
4.2. Caracterização dos processos produtivos.....	57
4.3. Caracterização da renda dos assentados.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE.....	71

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma categoria social afirmada desde a década de 1990, que está ancorada na gestão do trabalho e do estabelecimento pela unidade familiar de produção. A criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a lei da agricultura familiar (nº 11.326) e o lançamento do Censo Agropecuário de 2006 contendo pela primeira vez dados da agricultura familiar, foram fatos determinantes para o reconhecimento e a sua institucionalização. Dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, a agricultura familiar corresponde a um total de 4.367.902 estabelecimentos (IBGE), além da importância em números no setor agropecuário, a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos voltados ao mercado interno no Brasil.

Na década de 1970, a modernização conservadora da agricultura brasileira, no governo militar, influenciou de forma negativa os pequenos produtores, considerando que os mesmos não tinham como competir com a nova forma de produção. Nesse contexto, com a modernização tecnológica, os agricultores familiares buscaram novas formas de reprodução social e econômica, a fim de evitar o êxodo rural.

Sendo assim, a pluriatividade, fenômeno que se caracteriza pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, surgiu como uma estratégia que os agricultores familiares adotaram como resistência frente à modernização da agricultura e a entrada do capitalismo no campo. A adoção da pluriatividade é definida pelos fatores exógenos a unidade familiar, que seriam caracterizados pelo meio social e econômico no qual estão inseridos, mas também se origina das decisões das famílias, pelos fatores internos.

No estado do Rio de Janeiro, a região Norte Fluminense abrange uma área de 9.730.443 km² e é composta por nove municípios (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana), contendo aproximadamente 849.515 habitantes (IBGE, 2010).

A estrutura fundiária da região foi pautada na monocultura de cana-de-açúcar, chegando a ter na região 26 usinas sucroalcooleiras. Porém, no final da década de 1980, a crise do setor sucroalcooleiro reduziu para 8 o número de Usinas na região. A consequência disso foi o desemprego em massa dos trabalhadores rurais e a manifestação de grandes

latifúndios improdutivos nas antigas terras das usinas. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) se instalou na região na década de 1990 e assim surgem os primeiros assentamentos rurais do Norte Fluminense.

O município de Campos dos Goytacazes apresenta destaque, pois desde 1997 foram constituídos nove assentamentos no mesmo, sendo o município com maior número de assentados rurais da região Norte Fluminense e pode ser justificado pela sua extensão territorial, que ocupa 41, 4% da área total da região. Os assentamentos rurais provocam mudanças no que diz respeito às dinâmicas econômicas, socioespaciais e também de migração, considerando que os assentamentos provocam o movimento de entrada ou retorno ao campo pelos futuros assentados.

O assentamento Zumbi dos Palmares, que é a localização na qual foi desenvolvido o presente trabalho, é o maior assentamento do Estado do Rio de Janeiro, criado em 1997. Foi em 1998 dividido em cinco núcleos: Zumbi I (Porto dos Bondes), Zumbi II (Jacarandá), Zumbi III (São Gregório), Zumbi IV (Campelo) e o Zumbi V (Cajueiro). Sendo composto por 506 lotes e possui uma área total de 8.005 km², com cada lote tendo 10 hectares.

Logo, este estudo se propôs analisar, o fenômeno da pluriatividade no Zumbi II (Jacarandá) e como a geração de renda é feita pelos assentados, a partir da noção de pluriatividade e como ela permite a permanência da unidade familiar de produção no campo e auxilia no incentivo da atividade agrícola.

Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo geral responder se o fenômeno da pluriatividade ocorre no assentamento Zumbi dos Palmares, e como objetivos específicos, trabalhar a agricultura familiar, assentamentos rurais e descrever o fenômeno da pluriatividade e entender as razões pelo qual os agricultores adotam a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas visando sua reprodução econômica e social. O tema surgiu a partir do interesse sobre o fenômeno da pluriatividade e também pela quantidade escassa de trabalhos sobre a temática, comparado a outras regiões brasileiras no âmbito da geografia agrária.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada se baseou na pesquisa qualitativa, com o uso da pesquisa empírica (trabalho de campo com aplicação de questionários), pesquisa bibliográfica e coleta e sistematização de dados de fontes

[Digite texto]

secundárias. Sendo assim, optamos por utilizar o método qualitativo e quantitativo que é descrito por Pessôa; Ramires (2013) como,

Os métodos quantitativos estão na linha de desvendamento da extensividade e magnitude dos problemas, enquanto a abordagem qualitativa refere-se à intensividade dos fenômenos, visando aprofundar a compreensão de grupos, de segmentos e de microrrealidades que se expressam em opiniões, crenças, relações, atitudes e práticas. (PESSÔA; RAMIRES, 2013, p.119)

Na pesquisa bibliográfica nos apoiamos nos autores que abordam os temas principais do presente trabalho: agricultura familiar, pluriatividade e assentamentos rurais. A base teórica, através do levantamento bibliográfico, foi imprescindível para nos aprofundarmos nas temáticas estudadas e também, para alcançar nossos objetivos no trabalho de campo. “Evidencia-se que o trabalho de campo não deve se reduzir ao mundo do empírico, mas ser um momento de articulação teoria-prática” (ALENTEJANO; ROCHA LEÃO, 2006, p.56).

Os dados secundários obtidos referem-se ao número de estabelecimentos da agricultura familiar e área dos estabelecimentos do Brasil e do Norte Fluminense, assim como a lavoura permanente e temporária do município de Campos, entre outros. Coletamos os dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) focando nos Censos Agropecuários dos anos de 2006 e 2017 e também na Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) dos anos de 2000, 2006 e 2017.

Quanto à definição da amostra, no primeiro momento consideramos a divisão dos núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares (tabela 01). No segundo momento, optamos pela escolha do núcleo II, por ser o núcleo próximo do centro urbano de Campos dos Goytacazes com menor número de lotes, para alcançarmos uma observação e resultado satisfatório perante o tempo disponível. Optamos pela amostragem intencional, que segundo Pessôa;Ramires (2013, p.122), “consiste em selecionar um subgrupo da população que [...] possa ser considerado representativo de toda a população. [...] requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado.”

Tabela 01 – Número de lotes por núcleo do assentamento Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.

Núcleos	Nº de lotes	%
Zumbi I	149	29,4
Zumbi II	79	15,6
Zumbi III	62	12,3
Zumbi IV	145	28,7
Zumbi V	71	14
Total	506	100

Fonte: Zinga (2011, p.146). Org.: Bruna Freitas.

Os dados primários conteve além dos questionários semiestruturados, a observação do pré-campo, que ocorreu no dia 25/11/2018 no Assentamento Zumbi dos Palmares (Núcleo II). O pré-campo nos permitiu observar, *grosso modo*, os lotes, a produção, organização das famílias e a constituição da renda dos assentados sem grande rigor, além de nos informamos sobre o melhor dia e horário para realizar a aplicação dos questionários. Matos; Pessôa (2013) destacam que “a imersão em campo significa ir para observar, olhar, sentir, detectar, ver e analisar. As ações expressas por esses verbos permitem ao pesquisador a compreensão e até a transformação de uma realidade estudada” (MATOS; PESSÔA, 2013, p. 161).

As aplicações dos questionários semiestruturados ocorreram no dia 01/12/2018 no núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares. Os questionários são de fundamental importância para obter dados que não se encontram no levantamento bibliográfico, além de permitir maior aprofundamento do fenômeno estudado nas suas circunstâncias reais. Os questionários semiestruturados de acordo com Matos;Pessôa (2013, p.166) “constituem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea”.

Os questionários foram aplicados em lugares determinados no pré-campo, a partir da estrada de brejo grande, que representa a entrada para o núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares. A escolha dos entrevistados foi feito por amostragem aleatória. Deparamo-nos com muitos lotes vazios, o que nos apresentou uma grande dificuldade para a aplicação dos questionários. Dos 36 questionários que tínhamos considerado – que apresentava quase 46% do total de lotes – conseguimos realizar somente 21, que apresenta 26,5% do total.

[Digite texto]

A estrutura do presente trabalho é dividida em 4 capítulos. No primeiro capítulo iremos abordar a agricultura familiar e seu reconhecimento em âmbito acadêmico e institucional. No segundo capítulo abordaremos a pluriatividade e o que alguns autores falam sobre o tema. No terceiro capítulo iremos introduzir a agricultura familiar da região Norte Fluminense e o contexto do surgimento dos assentamentos rurais também na região Norte Fluminense. E no quarto, a análise dos resultados baseado no questionário semiestruturado aplicado no assentamento Zumbi dos Palmares.

Capítulo 01 - A Agricultura Familiar no Brasil

Até os anos de 1990, não era habitual uma discussão sobre agricultura familiar no Brasil, considerando que os termos utilizados anteriormente para identificar essa categoria social eram “camponês”, “pequeno produtor” ou “produtor de subsistência” (SCHNEIDER; CASSOL, 2013; SCHNEIDER *et al.* 2004; MATTEI, 2014). Para iniciar o debate sobre agricultura familiar é necessário entender de que forma a agricultura familiar passou a ser conhecida tanto no meio acadêmico quanto no espaço institucional.

Segundo Schneider; Cassol (2013, p.5), três momentos são importantes para situar o processo de surgimento e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil. Inicialmente o papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar, com um conjunto de lutas por acesso ao crédito, por melhores formas de comercialização, melhores preços e pela realização de uma previdência social rural; o segundo momento para entender a agricultura familiar no Brasil, parte do reconhecimento acadêmico do termo, que começou a ser argumentado por intelectuais e cientistas sociais no início da década de 1990; e por fim, o papel do Estado na institucionalização da agricultura familiar a partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Com isso, a década de 1990 foi um marco que caracteriza o início da consolidação da agricultura familiar no Brasil. Schneider; Cassol (2013, p.9) apresentam as três fases das últimas duas décadas no que se refere ao debate da agricultura familiar. Na primeira fase, os autores caracterizam como o “redescobrimto da agricultura familiar”, e datam do ano de 1990 a 1995, sendo esse período marcado pelo debate da agricultura familiar em âmbito político, acadêmico e dos movimentos sociais, com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Na segunda fase, os referidos autores dão como referência o ano de 1996, com a criação do PRONAF, até 2006, quando foi criada a Lei para corroborar a consolidação política da agricultura familiar, a Lei 11.326 (conhecida como Lei da Agricultura Familiar). De acordo com os autores, “nesse interstício a agricultura familiar consolida-se no campo político institucional tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural” (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p.10). Os autores compreendem como a terceira fase da agricultura familiar, o momento que estamos vivendo atualmente, e tem como ponto de partida a divulgação dos resultados do Censo Agropecuário [Digite texto]

de 2006, que foi o primeiro Censo Agropecuário a diferenciar os estabelecimentos agropecuários e suas características, entre agricultura familiar e agricultura não familiar. Lançando pela primeira vez dados da agricultura familiar no Brasil.

Mesmo que caracterizando brevemente o fortalecimento da agricultura familiar ao longo dessas décadas, para melhor entendimento é essencial abordar de forma particular o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a Lei de Agricultura Familiar, o Censo Agropecuário de 2006 e o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O PRONAF é considerado por diversos autores (WANDERLEY, 2004; SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2016; SCHNEIDER *et al.* 2004; MATTEI, 2014.) como o principal marco da institucionalização da agricultura familiar no Brasil. Criado em 1996, é considerado como a política mais significativa para a agricultura familiar no Brasil, e, por consequência, possibilitou visibilidade a essa categoria social (SCHNEIDER; CASSOL, 2013,p.10).

De acordo com Schneider *et al.* (2004, p.2):

[..] pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo [..].

O programa tem como objetivos centrais: construir políticas públicas que sejam compatíveis com a realidade dos agricultores; possibilitar o acesso à infraestrutura para que ocorra uma melhora no desempenho produtivo dos agricultores familiares; possibilitar melhora no nível de profissionalização dos agricultores a partir do contato com novas tecnologias e gestão, e incentivar o acesso dos agricultores familiares em mercado de insumo e produto (SCHNEIDER *et al.* 2004, p.3).

Esses objetivos são focados para os agricultores familiares, que são o público-alvo do programa. De acordo com Schneider *et al.* (2004, p.4), o PRONAF possui seus próprios critérios para caracterizar o agricultor familiar, são eles:

- a) possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- b) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- c) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- d) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- e) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;

[Digite texto]

f) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

O PRONAF possibilitou que muitos agricultores familiares permanecessem no campo com suas quatro linhas de atuação, que são, de acordo com Mattei (2015, p.9): “crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais”; financiamento de infraestrutura e serviços a municípios que a economia dependa das unidades agrícolas familiares; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e financiamento de pesquisa e extensão rural, “visando à geração e transferência de tecnologias” para os agricultores familiares. Mattei (2015, p.12) destaca que para o agricultor familiar ter acesso ao crédito do PRONAF, é levado em consideração sua renda bruta familiar dos últimos 12 meses e o agricultor deve estar adequado ao limite do PRONAF de até dois empregados permanentes por unidade de produção.

Desde sua criação, o PRONAF passou por diversas mudanças e ajustes, com diversas formas de crédito e financiamento para fortalecer os agricultores familiares em suas formas mais distintas. “Parece indiscutível que essa política pública está ainda em construção e que continuará adaptações contínuas devido a diversidade social dos agricultores familiares e as diferenças regionais”, pontua Schneider *et al* (2004, p.8).

A CONTAG¹ (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), segundo Schneider e Cassol (2013, p.15), é considerada como a mais tradicional e antiga organização política da agricultura familiar, sendo uma organização sindical que abrange trabalhadores rurais do país. Ainda de acordo com os autores, a CONTAG teve um papel importante na efetivação do PRONAF, além de ser a principal instituição que buscou melhorias e reivindicações com os governos em gestão para os trabalhadores rurais e agricultores familiares (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p.15).

A Lei da Agricultura Familiar, lei 11.326, instaurada em 24 de julho de 2006, foi essencial para maior fortalecimento da mesma no Brasil, principalmente no que se refere ao Censo Agropecuário de 2006. É considerado agricultor familiar segundo a Lei da Agricultura Familiar, quem atende os seguintes requisitos:

[...] não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize, predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...] (BRASIL, 2006)

¹ Criada em 1963 e reconhecida em janeiro de 1964, a CONTAG sofreu repressão durante o regime militar, tendo o primeiro presidente preso e exilado. (CONTAG)

A Lei 11.326 é, de acordo com Schneider e Cassol (2013, p.11), “a afirmação institucional de maior alcance que a agricultura familiar obteve entre 1996 e 2006”. Através do que a Lei 11.326 caracteriza por agricultor familiar, o Censo Agropecuário de 2006 diferenciou os estabelecimentos agropecuários entre familiares e não familiares, tornando as características das unidades familiares conhecidas oficialmente (SCHNEIDER;CASSOL, 2013, p. 12).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, lançado em setembro de 2009, dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários no Brasil, a agricultura familiar corresponde a um total de 4.367.902 estabelecimentos (Tabela 1), correspondendo a 84,4% dos estabelecimentos e ocupando uma área de 80.250 milhões de hectares no território brasileiro, porém, representa somente 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, sendo evidente a alta concentração de terras ainda no país.

Tabela 02 – Estabelecimentos e Área da Agricultura Familiar nas regiões do Brasil

	Estabelecimento	Área (hectares)
Norte	413.101	16.647.328
Nordeste	2.187.295	28.332.599
Sudeste	699.978	12.789.019
Sul	849.997	13.066.591
Centro-Oeste	217.531	9.414.915
TOTAL	4.367.902	80.250.452

Fonte: IBGE, 2006.
Org.: Bruna Freitas.

A agricultura familiar possui extrema relevância no Brasil e podemos embasar esse fato pelo número considerável de estabelecimentos agropecuários. A maior concentração de estabelecimentos é na região do Nordeste, em seguida do Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste (tabela 01). No caso da região Nordeste, o alto número de estabelecimentos pode ser explicado pelo estado da Bahia dispor de 665.831 estabelecimentos familiares (IBGE, 2006), chegando quase aos estabelecimentos totais da região Sudeste e com maior valor em estabelecimentos comparado as regiões Norte e Centro-Oeste.

Ao contrário da agricultura familiar, a agricultura não familiar possui somente 807.587 estabelecimentos (comparados aos 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar), porém, possui 249.690.940 hectares de terra no Brasil (IBGE, 2006), sendo esse [Digite texto]

valor maior que o triplo da área ocupado pela agricultura familiar. Segundo Mattei (2014, p.73), o Índice de Gini² ficou estático em 0,854 de acordo com o Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 03 – Condição do produtor em relação às terras, segundo a agricultura familiar.

Agricultura familiar	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos
Total	3 946 276	306 847 605	189 191 5 750 283	230 110 9 005 203	142 531 1 985 085	412 357 6 353 218	255 024				
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	3 263 868	70 346 453	170 391 4 065 596	196 111 2 093 567	126 795	708 852	368 668	3 035 985	242 069		
Não familiar	682 408	236 501 152	18 800 1 684 687	33 999 6 911 635	15 736 1 276 234	43 689 3 317 233	12 955				

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário 2006.

Podemos analisar (tabela 02), que dos 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, 3.3 milhões de agricultores tem acesso à terra em sua condição de proprietário, representando quase 75% do total dos estabelecimentos familiares. Além dos 170 mil em condição de “assentado sem titulação definitiva”, observamos que os 691,574 mil agricultores familiares, estão em transição e de forma incerta quanto à terra, nas condições de “arrendatário”, “parceiro” e “ocupante”. (IBGE, 2006)

Mattei (2014, p.77) expõe os dados e enfatiza a importância da agricultura familiar no território brasileiro, na qual destaca que a mesma é responsável por “87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite”.

Por fim, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), é considerado um dos movimentos mais importante para a afirmação da agricultura familiar. A gênese do MST, como aponta Fernandes (2000), ocorreu através das lutas de resistência dos trabalhadores que não eram a favor da expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado (FERNANDES,2000, p.50). Em 1979 o movimento começou a ser formado e em 1984 foi fundado oficialmente pelos trabalhadores rurais. Segundo Fernandes (2000, p.19) o MST “nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra”.

Entre o universo acadêmico, a afirmação da agricultura familiar sucedeu-se através de “estudos, livros e pesquisas” segundo Schneider; Cassol (2013, p.10). De acordo com os

² De acordo com Mattei (2014), o Índice de Gini corresponde a um medidor do grau de concentração de terra, que varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 for o resultado, maior concentração das terras existirá.

autores, com a manifestação de trabalhos sobre o tema, criou-se um relatório conhecido como projeto FAO/INCRA em 1994, que teve importância ao classificar os estabelecimentos rurais tendo como ponto de partida “a forma de uso do trabalho (familiar versus contratado ou assalariado)” e também a divisão dos estabelecimentos entre agricultura familiar e agricultura patronal, além do relatório também propor “sugestões de políticas agrícolas” para a agricultura familiar (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p.10).

Maria De Nazareth Baudel Wanderley, autora do campo da sociologia rural, em seu trabalho “Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro” (1996), caracteriza a agricultura familiar como aquela em que a família “ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, e destaca que o caráter familiar não é “um mero detalhe superficial e descritivo” e sim que a estrutura produtiva associada a “família-produção-trabalho” tem efeito direto na forma como a família age economicamente e socialmente (WANDERLEY, 1996, p.2).

A autora tem como ponto de partida a caracterização da agricultura familiar como um conceito amplo e que incorpora situações “específicas e particulares”, levando em conta suas peculiaridades (1996, p.2). Para Wanderley (1996, p.2), o agricultor familiar não rompe de forma definitiva com o que era anteriormente, sendo antes um agricultor com tradições camponesas, que em sua visão, precisou adaptar-se as mudanças do rural brasileiro.

Wanderley (2004, p.47), em seu trabalho “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades” defende que com a passagem de “camponês tradicional”, aquele agricultor que produzia para seu autoconsumo, para “agricultor familiar moderno” existe “pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais”.

De acordo com Wanderley (2004, p.48) o agricultor familiar, mesmo ajustado ao mercado, continua sendo um camponês por permanecer com a “lógica da família”, já que a família continua sendo “o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão”.

Para Wanderley (2004, p.58):

A convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima de seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo a sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural.

Como conclusão, Wanderley (2004, p.51) caracteriza a agricultura familiar como sendo uma “profissão que se aprende”, e diz que os agricultores familiares possuem uma nova

“linguagem de contabilidade”, uma nova acumulação de conhecimento, que por fim supera o conhecimento herdado. Wanderley (2004, p.50) destaca que mesmo a agricultura familiar provando ter sucesso em diversos países e sendo integrada ao mercado, isso não impede que a subsistência da família e o autoconsumo não sejam seus objetivos também.

Em seu clássico “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Abramovay (2012), sendo sua primeira edição lançada em 1992, relata que “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”. O autor define a agricultura familiar por suas características principais, sendo “seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina” e por outro lado, o autor considera a agricultura familiar como um “fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa” (ABRAMOVAY, 2012, p.31).

Abramovay (2012, p.31), após criticar a associação das unidades familiares com a ideia de “pequena produção; produção de baixa renda” pontua que a organização da família “não depende – é o que se verá- da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 2012, p.33), sendo a agricultura familiar heterogênea em suas formas de se adaptar ao mundo que vivemos, como por exemplo no Brasil, quando observamos a diversidade da agricultura familiar que muda de acordo com as regiões.

As características que o autor destaca na agricultura familiar nos mostra a importância da mesma e a visão do autor distingue a agricultura familiar da agricultura camponesa, pois Abramovay (2012, p.33) considera que uma agricultura familiar “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Mattei (2014, p.72), em seu trabalho sobre o “papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo”, faz uma breve caracterização do processo histórico agrário, pontuando que “a concentração de terras e a exclusão social dos agricultores” são os “pilares básicos” do desenvolvimento agrário do Brasil. O autor frisa que a trajetória histórica do meio rural foi marcada por uma “estrutura fundiária desigual e injusta, com tendência histórica à concentração da propriedade da terra, que provoca exclusão social e pobreza estrutural” (MATTEI, 2014, p.73).

De acordo com Wanderley (2017, p.69):

A pobreza que permanece no Brasil, tanto no campo como em suas áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao contrário, ela é, fundamentalmente, uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalecente na sociedade brasileira, cuja base é a histórica associação entre o capital e a propriedade da terra, e da forma como foi implantada no Brasil a moderna agricultura, centrada no enfoque setorial da modernização.

Sendo assim, a história do espaço rural no Brasil não beneficiou os pequenos agricultores, logo, as políticas públicas voltadas ao fomento da agricultura familiar na década de 1990 e nos anos que se sucedem são fundamentais.

Segundo Mattei (2014, p.77):

Este conjunto de políticas, programas e ações governamentais destinados especificamente ao público de agricultores familiares de todo o país vem apresentando resultados extremamente positivos em termo de produção [...] bem como tem contribuído para a superação de desigualdades historicamente construídas, especialmente em relação ao acesso a terra e aos benefícios das políticas públicas, as quais até pouco tempo atrás tinham apenas os setores latifundiários como público referencial.

Mattei (2014, p.73) faz uma crítica ao modelo de modernização que favoreceu a agricultura não familiar, pois todas as formas de produção que não se encaixavam nessa modernização agrícola, eram consideradas como “um lugar do atraso, pobre e parado no tempo”, e antes da década de 1990, os governos não tinham políticas públicas específicas para a agricultura de base familiar, tendo como resultado, segundo o autor, “um intenso êxodo rural [...] nas últimas quatro décadas do século XX”.

O autor pressupõe que além das ações governamentais, “a luta política dos movimentos sociais rurais capitaneados pelas organizações dos agricultores familiares”, a promulgação da Lei da Agricultura Familiar (2006) e a manifestação de “estudos e debates acadêmicos”, ampliando de forma significativa o conhecimento sobre a temática, são os grandes responsáveis pela consolidação da agricultura familiar em seu “contexto econômico e social brasileiro” após a década de 1990 (MATTEI, 2014, p.77).

Mattei (2014, p. 77) destaca que com a expansão da agricultura familiar, pode-se observar um impacto em relação ao número de pessoas ocupadas no meio rural, como mostra o Censo Agropecuário de 2006, no qual 12,3 milhões de pessoas ocupam os estabelecimentos familiares, enquanto apenas 4,3 milhões de pessoas ocupam os estabelecimentos não familiares. O que deveria ser ao contrário, já que a agricultura familiar ocupa apenas 24% da área total do Brasil.

Com esse crescimento e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, o autor assinala que é notório os resultados positivos da agricultura familiar no que se refere à produção, e diz que a “disponibilidade interna de alimentos para o conjunto da população tornou-se um fator decisivo no controle inflacionário, bem como contribuiu positivamente no sentido de equilibrar a balança comercial” (MATTEI, 2014, p. 78).

Em caráter de conclusão, o papel da agricultura familiar, ainda segundo o autor, não é somente importante no sentido da produção, visto que as regiões onde os estabelecimentos são ocupados pela base familiar de produção possuem “maior preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado com gente” quando comparado às áreas ocupadas pelo agronegócio, que tem como foco as commodities em larga escala para suprir o comércio internacional (MATTEI, 2014, p. 78).

Schneider (2009, p.98) faz uma crítica aos autores que ao estudarem as unidades familiares de produção, entram em uma “controvérsia metodológica” ao tentarem diferenciar os produtores entre quem possui conhecimento técnico ou é considerado capitalizado *versus* os camponeses que seriam considerados “pobres ou tradicionais”.

O autor pontua que através desse raciocínio, o entendimento e a explicação sobre as diversas formas sociais que existem no campo, são reduzidas somente a uma realidade social, de um lado as unidades familiares, e de outro, a realidade considerada econômica, que seriam as empresas capitalistas (SCHNEIDER, 2009, p.99), não abrangendo a diversidade que incorpora a agricultura familiar. Com isso, o autor expôs elementos necessários para a construção de uma definição da mesma.

O primeiro elemento que Schneider (2009, p. 99) pontua para definir a agricultura familiar está relacionado com a forma do uso do trabalho da família, no sentido de que as unidades familiares funcionam em sua maioria com base no uso da mão-de-obra familiar, podendo haver em “caráter eventual ou temporário” uma contratação de trabalhadores externos, porém essa contratação não tira a característica familiar do estabelecimento.

O segundo elemento para entender a agricultura familiar e entender sua “persistência” frente ao capitalismo, é o fato de que apesar dos avanços científicos e tecnológicos, a atividade produtiva industrial não consegue eliminar a necessidade da “base natural” no processo produtivo, no caso a matéria prima, que é a base da produção de “alimentos e fibras” (SCHNEIDER, 2009, p.100).

A agricultura familiar é de extrema importância no processo de produção e dependente dos fatores naturais como “clima, solo ou o equilíbrio dos ecossistemas”. Esses fatores

naturais limitam a subordinação total da agricultura ao interesse do capital. “Frente a esses condicionantes, parcela majoritária da produção agroalimentar dos países capitalistas mais desenvolvidos continua nas mãos dos agricultores familiares” (SCHNEIDER, 2009, p. 100).

O elemento primordial e central para Schneider (2009, p.101) é a “própria natureza familiar dessas unidades”, se baseando nas relações de parentesco e de herança de tradições entre os membros das famílias.

Segundo Schneider (2009, p.101):

É no interior da própria família e do grupo doméstico, através das relações sociais que se estabelecem entre seus membros participantes, que se localizam as principais razões que explicam a persistência e a reprodução de um certo conjunto de unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. É em razão das decisões tomadas pela família [...] frente às condições materiais e ao ambiente social e econômico no qual estiver inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica, cultural e moral.

Apesar das unidades familiares de produção estarem por vezes condicionados a fatores externos como, por exemplo, o “monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos)”, o fato de terem como base a força de trabalho da própria família, permite que eles tomem suas próprias decisões, na qual levam em conta o “bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos” (SCHNEIDER, 2009, p. 101).

O autor complementa:

Nem a categoria trabalho estritamente familiar nem a contratação ou não de assalariados, tampouco as relações com o mercado, servem, isoladamente, como critérios que se bastam para definir a natureza de uma determinada forma social. [...] É preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam (no sentido de que se superam), se metamorfoseiam e se reproduzem fora do escopo rígido das leis de valorização do capital. (SCHNEIDER, 2009, p.102)

Confirmando as afirmações de Schneider (2009), Camargo; Oliveira (2012, p.1708) destacam que através do desenvolvimento nos meios de transporte e de comunicação, expansão de serviços da cidade para áreas rurais e “incorporação de símbolos rurais no cotidiano urbano”, sucedeu-se no rural brasileiro uma ligação com a realidade urbana, não sendo hoje o rural um espaço que se identifica facilmente, tornando um desafio para as políticas públicas e os autores que trabalham com a temática.

Através da ampla diversificação da agricultura familiar, Cazella et al (2009, p.48) destaca que a agricultura *stricto sensu* deixa de ser a unidade de análise principal, e que a família rural passa ser considerada uma unidade social, e não mais somente uma unidade produtiva, sendo a família e seu modo de reprodução social e econômica a principal análise do campo no contexto atual.

[Digite texto]

Plein (2003, p.29) considera que o trabalho, a gestão e a propriedade são três características básicas da agricultura familiar e para se analisar a agricultura familiar, duas dimensões devem ser estudadas: a família, tanto pelo aspecto produtivo como a unidade domiciliar em si e como outra dimensão, a relação da família com o ambiente social e econômico. Sendo assim, o autor enfatiza a importância da família para a agricultura baseado em sua relação interna entre os próprios indivíduos da família e os fatores exógenos a ela.

Com a modernização da agricultura e também da sociedade, Carneiro (2008, p. 14) conclui que houve uma diminuição das oportunidades de trabalho na agricultura e uma consequente ampliação das atividades não agrícolas no meio rural, ocorrendo assim uma ruptura do mundo rural atrelado somente às atividades agrícolas. As atividades não agrícolas surgiram como uma estratégia de reprodução que as unidades familiares adotam, considerando que a renda obtida fora do estabelecimento familiar pode ser considerada uma razão de permanência no campo de muitos produtores rurais.

As atividades não agrícolas combinadas com as atividades agrícolas caracterizam os produtores rurais como sendo pluriativos. Segundo Sacco dos Anjos; Caldas (2004, p.92) “o setor da agricultura familiar brasileira é extremamente diversificado e a pluriatividade não representa mais do que uma das facetas através das quais se expressa a dinâmica dos processos de reprodução social”. Ver-se-à essa temática de forma mais pormenorizada no próximo capítulo.

Portanto, o debate sobre a agricultura familiar é muito amplo, pois incorpora diferentes formas de reprodução econômica e social. Foge do escopo desse trabalho abordar toda a heterogeneidade da agricultura familiar diante dessa amplitude. Porém, em caráter de conclusão, a diversidade da categoria social que abordamos serve para valorizar a identidade dos agricultores familiares que estão em constante mudança ao se adaptarem e resistirem frente à pressão do capital.

Capítulo 2 - A Pluriatividade e as atividades não agrícolas no espaço rural brasileiro

Nas décadas de 1960 e 1970 a sociedade brasileira sofreu uma transformação direta pela influência de fatores externos e internos, como as políticas da modernização conservadora da agricultura brasileira durante a ditadura militar. Segundo Sacco dos Anjos (2003, p.12), a modernização da agricultura brasileira avançou entre os anos de 1965 e 1979, atendendo aos desejos da classe dominante e permanecendo intacta a concentração fundiária.

Segundo o autor, a agricultura familiar na década de 1950 era responsável por 2/3 das exportações brasileiras, sendo no final da década de 1990 responsáveis por apenas 35 % da mesma. Esse declínio se deve ao aumento de 81,2% da população nas áreas urbanas, comparado com o ano de 1960 e 2000. Esses dados mostram que a modernização conservadora da agricultura brasileira afetou diretamente os pequenos produtores, alterando o estabelecimento familiar e a forma que os pequenos produtores se reproduziam socialmente e economicamente (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 13).

Frente à modernização excludente da agricultura, os agricultores familiares criaram estratégias para sua reprodução social, que é entendida por Silva; Hespanhol (2016, p.410) como as transformações na dinâmica da agricultura familiar, visando à permanência no campo. Schneider (2009, p.115) destaca que as estratégias adotadas pelas unidades familiares são respostas a pressões no âmbito social, cultural, econômico e espacial baseado na realidade em que vivem.

Sendo assim, apesar das dificuldades que os agricultores familiares se deparam, os mesmos conseguem “permanecer e reproduzir socialmente em virtude de uma série de estratégias” (SILVA; HESPANHOL, 2006, p.411). A pluriatividade, fundamentada pela adoção de atividades não agrícolas pelas famílias agrícolas, pode se caracterizar como uma estratégia adotada pelos agricultores familiares visando sua permanência no campo.

2.1 Pluriatividade: questão teórica

Sacco dos Anjos (2003) aponta a modernização conservadora como um dos fatores da aparição das atividades não agrícolas no meio rural, além de elucidar que a pluriatividade (combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas) representa enorme

[Digite texto]

importância no campo por articular a atividade agrícola com outros setores de atividade, fazendo com que haja uma permanência dos agricultores familiares no campo.

O aumento de produtividade das explorações agrárias, a queda dos preços dos produtos agrícolas e a liberalização dos mercados imposta pelas novas regras de ajuste estrutural e o processo de integração internacional, são elementos que conjuntamente atuaram no sentido de reforçar esta dinâmica, favorecendo o desenvolvimento da pluriatividade como recurso complementar e acessório adotado por boa parte das famílias rurais. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 27)

Sendo a pluriatividade uma noção que teve origem na realidade agrícola francesa, Schneider (2009), em seu livro “A pluriatividade na agricultura familiar”, pontua que a partir da década de 1970, os termos “*part-time farming*” e “*pluriactivité*” eram usados como sinônimos para definir o que hoje conhecemos como pluriatividade. (SCHNEIDER, 2009, p.80).

De acordo com Schneider (2009, p.81), o termo “*part-time farming*” (agricultura em tempo parcial), surgiu na língua inglesa como sendo uma noção que abrangia o tempo de trabalho que os agricultores se dedicavam nos estabelecimentos agrícolas. Segundo Mattei (2007, p.1056), a “*part-time farming*” analisava somente as ocupações e fontes de renda do titular das unidades de produção, o “chefe da família”, não sendo analisados os demais membros da família enquanto “unidade econômica e social”.

Já “*pluriactivité*”, termo acadêmico francês, era usado ao se referir à junção de múltiplas formas de renda ou a inserção de membros da família em uma área que não fosse a agricultura (SCHNEIDER, 2009, p.81). Através de análises dos trabalhos produzidos, a conclusão do autor foi que os termos “*pluriactivité*” e “*part-time farming*” incorporavam significados diferentes e interpretações distintas do fenômeno social que obteve maior atenção no ano de 1970 na literatura internacional (SCHNEIDER, 2009, p.80). Já no Brasil, o autor destaca que o debate sobre a noção de pluriatividade ainda é “embrionário” e que a temática ainda “continua a ser tratada mais como uma curiosidade ou um fenômeno social inteiramente específico ou menor” (SCHNEIDER, 2009, p.80).

Fuller; Brun (1988), citado por Schneider (2009, p.83), apresentam as definições de “*part-time farming*” e “*pluriactivité*”:

“Part-time farming”: agricultura em tempo parcial.	“Pluriactivité”: pluriatividade.
“[...] O termo “ <i>part-time farming</i> ” em seu uso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. [...]. É possível dizer que uma <i>part farm</i> é uma unidade produtiva que oferece, ou na qual é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho [...]”.	“[...] O termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. [...] A pluriatividade, entretanto, em seu sentido ideal, não é facilmente mensurável através das estatísticas oficiais disponíveis. [...]”.

Quadro 01: Definições dos termos “*pluriactivité*” e “*part-time farming*”.

Fonte: Schneider (2009, p.83).

Segundo Fuller (1990), citado por Schneider (2009, p.84), três fatores são importantes para destacar o reconhecimento da pluriatividade em âmbito acadêmico e social na década de 1980 na França. O primeiro é caracterizado pelo conceito impreciso da “*part-time farming*”, que ao analisar somente o trabalhador principal da propriedade (sendo geralmente o homem) e suas possíveis rendas externas, deixavam de lado as propriedades “nas quais o trabalho externo não tinha, de fato, relação com a redução das atividades produtivas agrícolas”, com esse empecilho, o termo foi substituído por “multiple job holding”, e após isso, pela noção de pluriatividade.

O segundo fator destacado pelo autor, é o “deslocamento etimológico” que afirmou o fenômeno social, hoje conhecido como pluriatividade, como “objeto de investigação acadêmica”, e a unidade doméstica passou a ser considerada unidade de análise e não mais somente o chefe da propriedade, sendo esse fator considerado um marco no debate sobre a pluriatividade (SCHNEIDER, 2009, p. 84)³.

³ Schneider (2009, p.107) destaca que “o aumento da pluriatividade das famílias rurais requer uma reflexão sobre a relação das atividades produtivas desempenhadas nas propriedades com o caráter familiar do grupo social que vive sobre ela”. O autor complementa que é a família rural em sua totalidade que define a divisão social e sexual do trabalho, além de ser no âmbito da família que “se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes” (SCHNEIDER, 2009, p. 112)

O terceiro fator, segundo Fuller (1990) citado por Schneider (2009, p.84), que colaborou para a afirmação da pluriatividade “como tema de investigação” foram debates sobre a reforma da “Política Agrícola Comum (PAC)”⁴, que se iniciou na década de 1980 na França, através das inúmeras mudanças no meio rural que foram ganhando cada vez mais visibilidade e a necessidade de serem estudadas.

Por meio desses fatores, a noção de pluriatividade se tornou heterogênea. No campo acadêmico, segundo Schneider (2009, p.84), essa noção foi “a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas”. Sendo assim, a pluriatividade passou a ser utilizada para entender os diversos processos que acontecem dentro e fora dos estabelecimentos, além de atentar os estudiosos para as novas dinâmicas e atividades existentes no meio rural.

Para melhor esclarecimento sobre o tema, o autor analisa as principais correntes que marcaram o curso dos debates a respeito da pluriatividade com o objetivo de mostrar as interpretações do fenômeno social ao longo da história. A primeira é a aparição da noção da pluriatividade em autores clássicos tendo como exemplo os trabalhos de Kautsky e Chayanov (no caso russo), que já se podiam encontrar primeiras referências aos trabalhos não agrícolas com os termos “trabalho acessório” e “outras atividades não agrícolas” (SCHNEIDER, 2009, p.86).

2.2. Pluriatividade, perspectiva de Kautsky

Segundo Schneider (2009, p.87), Kautsky acreditava na “persistência das pequenas propriedades camponesas” caso estas venham a apropriar-se de “uma função acessória e complementar a grande empresa”, já que por conta da pouca disponibilidade de terra e pelas dificuldades sequentes da modernização da agricultura, as pequenas unidades teriam como opção “buscar uma atividade complementar ou, então, abandonar definitivamente o campo”. Segundo Kautsky (apud Schneider, 2009, p.87), ocorrem três tipos de funções (ou atividades) acessórias:

⁴ A Política Agrícola Comum (PAC), de acordo com Squeff (2016, P.375), “foi instituída com as Comunidades Econômicas Europeias a partir da adoção do Tratado de Roma em 1957 para a garantia da segurança alimentar no continente”. A PAC tem como metas: incrementar a produtividade da agricultura, assegurar um nível de vida para a população agrícola pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; estabilizar os mercados; garantir a segurança dos abastecimentos e assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores (SQUEFF, 2016, p.379).

a) O trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas;

b) A ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio. [...] Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, a indústria a domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho (p.87);

c) Finalmente, a própria fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também permite a emergência de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários (p.87);

Com essas ocupações acessórias, o autor conclui que essas funções não se excluem, podendo existir “simultaneamente, e frequentemente coexistem” (Kautsky *apud* Schneider, 2009, p. 87). Mesmo que em outras palavras, Kautsky usa as funções acessórias com o mesmo significado das atividades não agrícolas para embasar sua teoria da superioridade técnica da grande propriedade, mostrando que a discussão sobre pluriatividade já era discutida pelos autores clássicos da Geografia Agrária.

2.3. Pluriatividade, perspectiva do Chayanov

Chayanov (1974) citado por Schneider (2009, p.88) considera que para compreender a família é necessário considerar três fatores: o primeiro baseado no ciclo demográfico completo da família, sendo necessário acompanhá-la desde o nascimento até a morte. O segundo, o fato de ser necessário entender as decisões das famílias e as questões endógenas, por exemplo, o tamanho da família e seu grau de auto exploração, o equilíbrio interno que existe “em relação às condições objetivas do meio de produção” (SCHNEIDER, 2009, p.88).

Por último, o autor considera que a família é resultado da união entre a unidade doméstica e a unidade de produção, sendo a mesma considerada como um “todo indivisível e interdependente”, principalmente na obtenção de suas rendas. Para Chayanov citado por Schneider (2009, p. 89), a adoção de atividades não agrícolas é determinada inicialmente pela “variação do ciclo demográfico familiar”, porém, a adoção dessas atividades também pode ocorrer “pelas condições econômicas gerais que se dão localmente”.

Chayanov (1974) aponta que a prática de atividades não agrícolas ocorre por dois condicionantes: “irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura, pois, em determinadas estações, como no inverno (no caso russo), a inatividade pode ser quase total” e em segundo, o fato das atividades não agrícolas muitas vezes possuírem uma situação de mercado mais atrativa que as atividades agrícolas, destacando que não é somente a escassez dos meios de produção que incentiva o produtor na adoção das atividades não agrícolas. (Chayanov, citado por Schneider, 2009, p.89).

A segunda corrente que possui importância na literatura internacional e no Brasil, caracteriza a pluriatividade como sendo, segundo Schneider (2009, p.90) uma fase intermediária “pela qual passariam as categorias sociais de agricultores que estariam imersos *ou* em um processo de proletarização *ou* de passagem de um estágio comunitário (identificado como rural e agrícola) para outro societário (identificado com o ambiente urbano e a industrialização)”.

Os autores que trabalham com essa análise, de acordo com Schneider (2009, p.90), apoiam-se na noção de que as famílias rurais ao se tornarem pluriativos encontram-se em uma situação “transitória”, que pode ser considerada uma “transformação completa (de agricultores a proletários)” ou uma passagem “gradual e contínua”.

2.4. Pluriatividade, perspectiva de Marsden e Fuller

Schneider (2009, p.92) destaca a importância da Sociologia da Agricultura como sendo a principal “corrente do pensamento social” que produziu avanços teórico-metodológicos mais significativos para a temática de agricultura familiar e pluriatividade. Os autores que incorporam a Sociologia da Agricultura concordam que a agricultura familiar “encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social” (SCHNEIDER, 2009, p.93).

Schneider (2009) destaca como um dos principais autores da Sociologia da Agricultura o Terry Marsden. Segundo Marsden, citado por Schneider (2009, p. 95), a pluriatividade se generaliza tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico “diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando [...] outras atividades econômicas, como turismo e o artesanato”, e para o autor, esse processo irá trazer uma “revalorização” ao espaço rural, com

a ampliação do mercado de trabalho e por consequência maior pluriatividade pelos estabelecimentos rurais.

E, apesar de Marsden, citado por Schneider (2009, p. 95), insistir que a pluriatividade seja uma consequência decorrente da “configuração social, econômica e espacial da reestruturação capitalista”, o autor esclarece que esses elementos considerados exógenos não explicam por inteiro o fenômeno social que é a pluriatividade. Sendo assim, Marsden (apud Schneider, 2009, p. 96) sugere que “analisem as relações sociais internas das propriedades e os seus processos produtivos”, e através disso, se entenda o fenômeno da pluriatividade.

Schneider (2009, p. 96) destaca corrente o pesquisador Anthony Fuller. E, segundo o autor, Fuller não se afirma ser um autor da Sociologia da Agricultura, porém, complementa de certa forma a abordagem de Marsden. Para Fuller, citado por Schneider (2009, p. 96), a pluriatividade é considerada um “elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária existente”.

Ainda segundo Fuller (apud Schneider, 2009, p. 96) a pluriatividade apresenta mudanças expressivas em espaço e tempo distintos, mudanças determinadas pelas realidades no qual os agricultores estão inseridos. A pluriatividade é fruto da interação entre a “agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho”. Através disso, Fuller, citado por Schneider (2009, p.96) pontua três níveis de análise do fenômeno: o primeiro considerando a pluriatividade uma expressão de tipos de “economias regionais ou locais”, a partir da sua interação com a “estrutura econômica e as condições socioculturais e políticas” regional ou local.

O segundo nível de análise considera a família como sendo o centro das decisões para entender a relação entre agricultura e pluriatividade, além das decisões “de alocação dos recursos disponíveis (capital, trabalho etc.)” ou também de possíveis estratégias de investimentos em atividades agrícolas ou não agrícolas. Ambas as escolhas são feitas pela família e por isso é necessário compreender a diversidade na qual a pluriatividade ocorre (FULLER, apud SCHNEIDER, 2009, p.97).

E, por último, o terceiro nível de análise seria a “interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais”, o autor destaca como exemplo o tamanho e a composição das famílias, e a disponibilidade de um mercado de trabalho de atividades não agrícolas quando se trata da diversidade da pluriatividade (FULLER, apud SCHNEIDER, 2009, p.97).

Por fim, para Schneider (2009, p. 98), a discussão sobre a pluriatividade não pode estar desconectada ao debate sobre a persistência da unidade familiar de produção dentro do capitalismo, porém, o autor complementa com a ideia de que não é uma “regra universal” que a unidade familiar de produção tenha sua dinâmica e reprodução ditada pelo regime capitalista.

2.5. Experiência de estudos sobre a pluriatividade no Brasil

Schneider (2009, p. 98) destaca que em certos casos, os estabelecimentos familiares acabam sucumbindo e sendo absorvidos pelo capitalismo, mas em outros casos, como em certas configurações da pluriatividade, a agricultura familiar pode criar relações “relativamente estáveis e duradouras” com a forma econômica e social na qual o capitalismo age.

Para o autor, a pluriatividade se define:

Como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. [...] Ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias. (Schneider, 2009, p.97).

Portanto, segundo Schneider (2009, p.107), a adoção da pluriatividade estaria modificando o conteúdo da unidade familiar, já que o estabelecimento familiar era anteriormente um lugar de residência e de produção, e hoje alguns estabelecimentos se resumem a um lugar de moradia, “uma vez que o trabalho e a produção dissociam-se geograficamente”. Não sendo mais possível analisar as famílias agrícolas considerando somente “uma propriedade = uma família = uma atividade = uma renda” (Schneider, 2009, p.106).

Schneider; Conterato (2006, p.4) apontam fatores que explicam as mudanças e o crescimento da pluriatividade no meio rural brasileiro: O primeiro fator que os autores pontuam é a modernização da agricultura em âmbito técnico-produtiva, que resultou na redução da mão de obra total das famílias rurais por conta da modernização tecnológica; a queda das rendas agrícolas é o segundo fator destacado, no qual os autores associam ao “aumento dos custos de produção agrícola, da dependência tecnológica e das políticas

protecionistas” o que faz com que os agricultores familiares busquem um complemento para sua renda.

Os referidos autores destacam ainda “políticas de estímulo às atividades não agrícolas”, “mudanças nos mercados de trabalho” e o “reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural” como outros fatores que intensificam a pluriatividade. No que diz respeito a esse último fator, com o reconhecimento da agricultura familiar, a pluriatividade passou a ser vista como estratégia fundamental de reprodução da mesma e adaptação às transformações “macro-estruturais” na agricultura (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006, P.5).

Nascimento (2009, p.318) aponta a pluriatividade como um importante mecanismo para evitar o êxodo rural provocado pelas transformações ocorridas no campo pelo capitalismo. E apresenta uma crítica ao fato da pluriatividade ter sido importada de uma realidade distinta da realidade da agricultura familiar do Brasil, sem considerar suas especificidades, como por exemplo, a pobreza rural⁵ e a precariedade das políticas públicas para essa categoria social no Brasil.

O autor reitera que a pluriatividade somente existe na junção da atividade agrícola com a atividade não agrícola e que na inexistência de alguma dessas atividades, a pluriatividade desaparece (NASCIMENTO, 2009, p.333). O mesmo chama atenção para a necessidade de políticas públicas que atenda os agricultores familiares, com objetivo de diminuir o abandono das atividades agrícolas, fazendo por consequência que a pluriatividade não desapareça. Souza; Souza (2008) destacam a necessidade de serem criadas políticas públicas que não sejam de caráter essencialmente agrícola, considerando que o espaço rural não é mais um espaço somente agrícola, mas um espaço que cada vez mais ocorrem dinâmicas que vão além da produção agropecuária.

O livro organizado por José Graziano da Silva intitulado “O novo rural brasileiro” (2004), nos mostra através da participação de diversos autores a importância da junção das atividades não agrícolas com as atividades agrícolas para a nova reconfiguração do rural, considerando que o mesmo é cada vez mais dominado socialmente pelo capital e a pluriatividade mostra ter grande importância quanto à permanência dos produtores no meio rural.

⁵ O autor conecta a pobreza rural intimamente a região Nordeste. Apesar de possuir o maior número em estabelecimentos familiares comparado as outras regiões do Brasil, a região Nordeste segundo o autor possui um atraso tecnológico e falta de uma agricultura modernizada, podendo ser considerada “tradicional ou mesmo rudimentar”. Com isso, a pluriatividade na região, “é uma pluriatividade que se adapta a uma realidade de pobreza”. (NASCIMENTO, 2009, p333).

A utilização da noção “pluriatividade”, adotado em meados dos anos 1980, com natureza semelhante ao da agricultura em tempo parcial, refletiu mudanças nos debates sobre o desenvolvimento agrário e o papel da agricultura familiar, e também uma “drástica mudança de atitude” no mundo acadêmico e político no que diz respeito a esse tema (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2004, P.80).

Para Sacco dos Anjos; Caldas (2004, p. 76):

[...] Tal categoria de análise, malgrado alguns problemas de definição, engendra um duplo movimento ou impacto: de um lado, ao redefinir o conceito de ruralidade, abrindo passo à percepção sobre a constituição de novas identidades sociais e culturais e, de outro, ao propiciar um novo olhar sobre o campo brasileiro, entendido aqui como a revisão dos pressupostos que até então sustentaram todo o processo de intervenção estatal operado sobre a agricultura e sobre o mundo rural.

Os estabelecimentos considerados pluriativos, segundo os autores, não possuem a força de trabalho dos membros voltados exclusivamente para as atividades agrícolas e a renda da propriedade é sustentada também através da “venda externa da força de trabalho” e até mesmo com atividades que são feitas no interior dos estabelecimentos, podendo ter pouco ou nada a ver com as atividades agropecuárias (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2004, p.78). Sendo assim, a pluriatividade surge como uma ruptura e uma nova noção perante as considerações⁶ usadas até então sobre as unidades de produção.

Os autores expõem críticas quanto às incompreensões em torno da noção de “pluriatividade”, e chamam atenção para a necessidade da não generalização, sendo necessário saber diferenciar quando se trata de transformações gerais que ocorrem nas sociedades atuais, e quando se trata de pluriatividade de fato.

Sacco dos Anjos e Caldas (2004, p.84) apontam que até mesmo os agricultores patronais que possuem chácaras no espaço rural ou alguma renda proveniente da agropecuária por vezes são erroneamente considerados “pluriativos” e ressaltam que a pluriatividade está desde sua origem até os dias de hoje vinculados à agricultura familiar, pois a noção é considerada como uma “estratégia específica de resistência e adaptação da agricultura familiar, diante do impacto de transformações operadas tanto em seu interior como no entorno externo”.

⁶ De acordo com Sacco e Caldas (2004, p. 77), existiam até então três considerações: a unidade de produção teria a força de trabalho dos membros voltada exclusivamente para a atividade agropecuária; a unidade de produção seria também de consumo, onde parte significativa do autoconsumo familiar teria origem no estabelecimento, e por fim, a consideração de que o estabelecimento serve de residência para a família e outros membros que tenham laços de parentesco.

A noção da pluriatividade é diversa e complexa, não sendo possível pontuar somente um fator pelo qual os agricultores familiares se tornam pluriativos. Segundo os autores, não podemos associar a origem da pluriatividade somente ao fator da industrialização regional, pois encontramos também o fenômeno no que se refere ao turismo rural, à indústria doméstica rural, ou até mesmo a prestação de serviços, como pontuam Sacco dos Anjos; Caldas (2004, p. 86).

Os autores marcam a importância significativa e crescente das atividades não agrícolas no seio dos agricultores familiares, e ressaltam que uma possível diminuição da adoção das atividades não agrícolas e conseqüentemente da pluriatividade, poderia ser alcançada através da reforma agrária, que produziria uma ampliação constante dos empregos e das oportunidades nas atividades agrícolas.

O estudo sobre o fenômeno da pluriatividade no Brasil, de acordo com Souza; Souza (2008, p.6) pode ser dividido em duas vertentes: a primeira tendo como referência os trabalhos de Graziano da Silva, que considera haver no meio rural uma mudança “sócio-técnico”, resultado da diversificação das atividades econômicas e que concorda que a pluriatividade seria um “transbordamento do urbano sobre o rural” e a segunda vertente seria baseada nos trabalhos do Sérgio Schneider e Wanderley, que encaram a pluriatividade como parte do processo de reprodução social das famílias agrícolas. Isso nos mostra que mesmo sendo um debate recente no Brasil, há diversas percepções sobre o mesmo fenômeno.

Para estudar a pluriatividade, é importante diferenciar a pluriatividade de atividades não agrícolas, considerando que a pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, e já as atividades não agrícolas, não estão relacionadas com a produção agropecuária. Como enfatizam Souza; Souza (2008):

“Assim, a pluriatividade necessariamente implica na existência de atividades não agrícolas, mas a existência de atividades não agrícolas não necessariamente implica na existência da pluriatividade, pois, se no limite todos os indivíduos de uma família rural estiverem envolvidos somente com atividades não agrícolas, esta por sua vez, não será pluriativa” (SOUZA; SOUZA, 2008, p. 4).

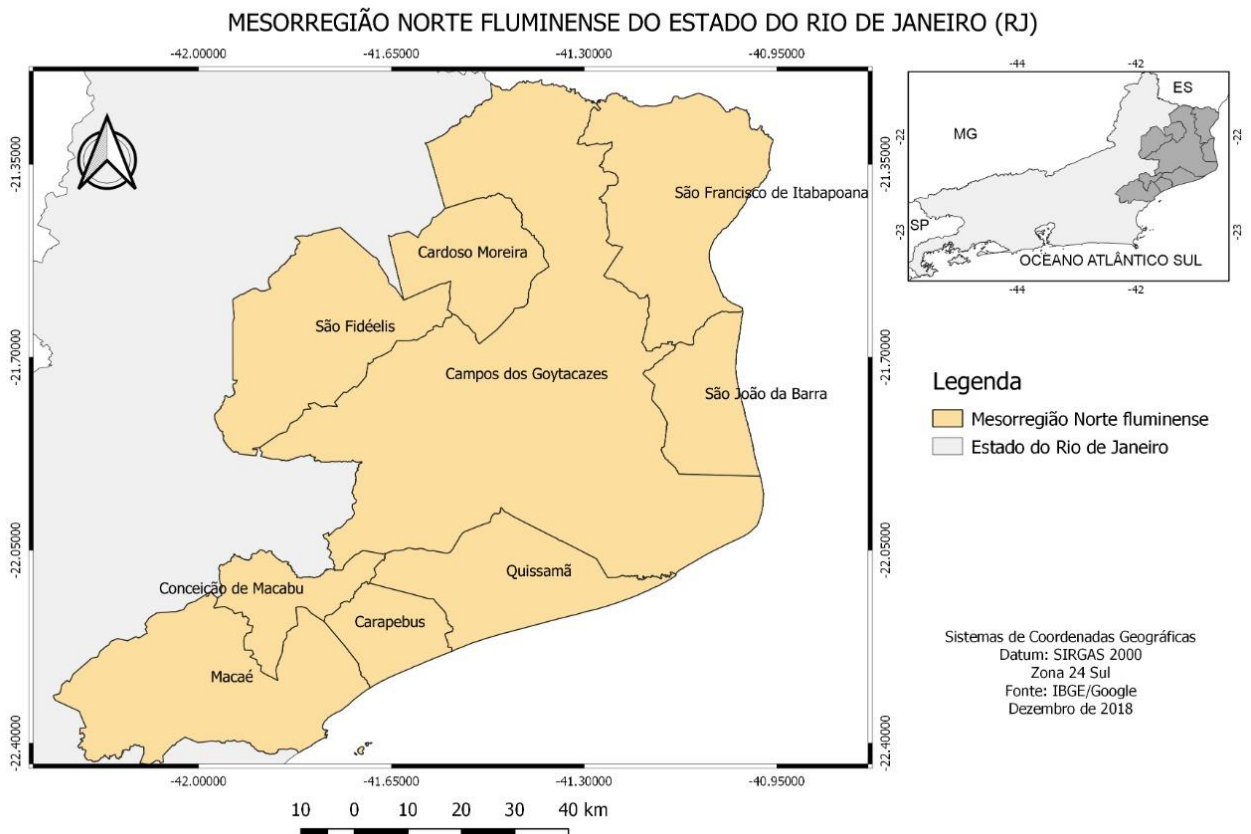
Em caráter de conclusão, a pluriatividade é uma das estratégias da agricultura familiar frente às transformações ocorridas no campo tanto pela influência da dinâmica do capital como também resultado da insuficiência de políticas públicas com foco nas atividades agrícolas. O fenômeno deve ser analisado e considerado pelas políticas públicas, para que as políticas atendam cada vez mais a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar e suas transformações.

[Digite texto]

No próximo capítulo, veremos a agricultura familiar do Norte Fluminense e como surgiram os assentamentos rurais na região, sendo o assentamento Zumbi dos Palmares e seus assentados o objeto de estudo desse presente trabalho.

Capítulo 3 - A Agricultura Familiar e os assentamentos rurais na Região Norte Fluminense

A região Norte Fluminense abrange uma área de 9.730.443 km² composta por nove municípios (Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana), contendo aproximadamente 849.515 habitantes (IBGE, 2010).



Fonte: Bruna Freitas.

Figura 01 – Mapa de localização do Norte Fluminense

O espaço agrário da região Norte Fluminense foi pautado na monocultura de cana de açúcar, com origem no século XVIII, resultando em intensa concentração de terras, domínio da elite agrária e baixa diversificação produtiva, marcas que ainda predominam, considerando que após diversas crises da atividade canavieira, o cultivo de cana ainda é a maior produção do Norte Fluminense, como observamos na tabela 04. (AQUINO, 2008, p.48).

[Digite texto]

Tabela 04 – Comparação da área total colhida (em hectares) com a área colhida de cana-de-açúcar (em hectares) nos anos de 2000, 2006 e 2017 no Norte Fluminense.

Município	2000		2006		2017	
	Total	Cana-de-Açúcar	Total	Cana-de-Açúcar	Total	Cana-de-Açúcar
Carapebus (RJ)	8.168	8.000	6.072	5.600	70	3
Campos dos Goytacazes (RJ)	95.498	91.150	87.465	84.781	30.694	30.000
Cardoso Moreira (RJ)	5.011	4.350	4.478	3.926	1.255	1.200
Conceição de Macabu (RJ)	474	285	263	14	155	18
Macaé (RJ)	4.597	650	3.717	650	1.036	20
Quissamã (RJ)	13.811	13.000	15.499	14.000	2.340	450
São Francisco de Itabapoana (RJ)	26.611	19.550	29.098	22.543	21.670	14.000
São Fidélis (RJ)	4.172	2.405	2.595	1.841	238	80
São João da Barra (RJ)	5.181	4.855	4.239	3.901	630	120

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Org.: Bruna Freitas.

Como enfatiza Aquino (2008) sobre a monocultura da cana,

Ora, as usinas ao mesmo tempo em que possuíam fábricas, eram proprietárias de grandes extensões de terra, além de controlarem a mão-de-obra. Deste modo, a industrialização da produção do açúcar contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte Fluminense, por sua vez, calcadas nos moldes capitalistas, imprimindo uma dinâmica econômica concentradora de terras e capital (AQUINO, 2008, p.55).

De acordo com a autora, a indústria da cana de açúcar chegou a ser responsável por até 70% da renda total do Norte Fluminense, no período da criação do Programa Proálcool⁷. A autora relaciona os expressivos números e importância da cana de açúcar com o fato do cultivo de cana ter relação direta com o projeto colonizador da região Norte Fluminense. (AQUINO, 2008, p.52)

A estrutura fundiária da região Norte Fluminense (tabela 05), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, se concentra tanto em área territorial quanto em estabelecimentos no município de Campos dos Goytacazes no período comparativo. Em Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira e São Fidélis notamos uma redução em unidades dos estabelecimentos agropecuários. Em Campos dos Goytacazes houve uma redução de 8.098 estabelecimentos em 2006 para 7.749 em 2017, em Cardoso Moreira reduziu de 640 estabelecimentos em 2006 para 587 estabelecimentos em 2017 e em São Fidélis de 3.391 em 2006 para 1.749 em 2017, enquanto nos outros municípios percebemos um aumento dos números de estabelecimentos agropecuários.

⁷ O Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) foi criado em 1975 pelo governo brasileiro com o objetivo de desenvolver fontes alternativas para a geração de energia líquida, reduzindo a dependência que o Brasil tinha com o petróleo e seus derivados, como a gasolina (GONÇALVES, 2012, p.56).

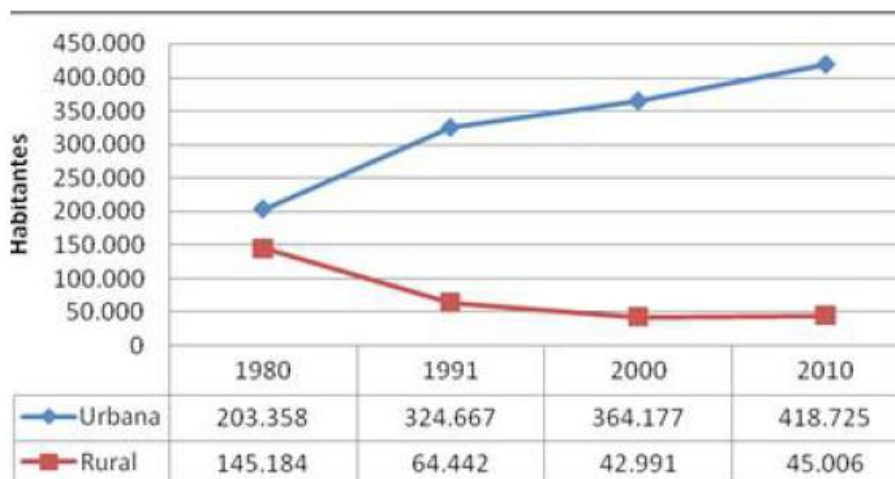
Tabela 05 – Área total dos estabelecimentos e número dos estabelecimentos dos municípios da região Norte Fluminense nos anos de 2006 e 2017.

Municípios	Área Total dos Estabelecimentos (em hectares)		Número dos Estabelecimentos (em unidades)	
	2006	2017	2006	2017
Conceição de Macabu (RJ)	11.506	21.975	207	335
Macaé (RJ)	56.905	71.155	626	885
Campos dos Goytacazes (RJ)	255.884	255.775	8.098	7.749
Carapebus (RJ)	5.798	16.244	162	549
Quissamã (RJ)	12.734	22.812	266	302
São Francisco de Itabapoana (RJ)	80.294	65.613	3.494	3.688
São Fidélis (RJ)	66.811	70.342	3.391	1.749
São João da Barra (RJ)	12.874	6.303	689	692
Cardoso Moreira (RJ)	28.904	34.217	640	587

Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017. Org.: Bruna Freitas.

No que diz respeito à área dos estabelecimentos, com exceção de Campos, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra que apresentaram uma perda na área de seus estabelecimentos agropecuários, na maior parte dos municípios podemos observar um aumento em área dos estabelecimentos. Os números de Campos dos Goytacazes podem ser justificados por sua extensão territorial que compreende 41,4% da área total da região, com 4.040,6 km². (IBGE, 2010).

Com uma população de 463.731 habitantes (IBGE, 2010), observamos que Campos dos Goytacazes possui um declínio expressivo em sua população rural a partir do ano de 1980 simultaneamente ao crescimento da população urbana (figura 02). Aquino (2008, p. 48) chama atenção para o fato de que o declínio da população rural a partir de 1980 coincide com o fechamento de usinas de cana de açúcar da região, apresentando um êxodo rural da população que fazia parte do cultivo de cana e que foram atraídas anteriormente para o trabalho sazonal no corte da cana.



Fonte: Perfil 2018 de Campos dos Goytacazes. Dados extraídos do IBGE.

Figura 02 – Gráfico da população urbana e rural de Campos dos Goytacazes, de 1980 a 2010.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (tabela 06), dos 8.098 estabelecimentos agropecuários de Campos dos Goytacazes, 6.488 são dirigidos por homens e 1.610 são dirigidos por mulheres. No Censo Agropecuário do ano de 2017 a desigualdade permanece, mostrando de forma intensa a masculinização do campo, tema já estudado por acadêmicos (ANJOS;CALDAS, 2005;CAMARANO;ABRAMOVAY, 1999; COSTA,2010).

Tabela 06 – Número dos estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo o Censo Agropecuário.

Campos dos Goytacazes	2006	2017
Homem	6.488	6.142
Mulher	1.610	1.603

Fonte: Censo Agropecuário de 2006/2017. Org.: Bruna Freitas.

No que diz respeito a sua estrutura produtiva, as lavouras temporárias (tabela 07) do município de Campos dos Goytacazes são baseadas principalmente no abacaxi, cana de açúcar, mandioca, feijão e milho. Em 2017, não foi apresentado números referentes à cultura do feijão e do milho. Observamos que comparado ao ano de 2006, a produção de abacaxi apresentou um aumento e quanto à monocultura da cana de açúcar, mesmo que apresente um

[Digite texto]

valor relativamente baixo comparado a 2006, ainda continua a produção de maior expressão do município com 30.000 hectares de área colhida e 1.200.000 toneladas produzidas.

Tabela 07 – Principais lavouras temporárias do município de Campos dos Goytacazes.

Campos dos Goytacazes	2006		2017	
	Área Colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
Abacaxi	130	3.900	230	4.140
Cana de Açúcar	84.781	3.815.145	30.000	1.200.000
Mandioca	615	11.070	270	2.590
Feijão	131	79	–	–
Milho	558	837	–	–

Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: Bruna Freitas.

Na lavoura permanente (tabela 08), observamos uma redução considerável das principais culturas permanentes de Campos dos Goytacazes, o que junto dos números da cana de açúcar, nos mostra que o município apresenta uma baixa diversificação produtiva na sua estrutura. O coco-da-baía em 2006 tinha a maior quantidade produzida com 4.000 toneladas, e em 2017 ainda é a maior produção, com somente 600 toneladas.

Tabela 08 – Principais lavouras permanentes do município de Campos dos Goytacazes.

Campos dos Goytacazes	2006		2017	
	Área Colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área Colhida (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
Banana	328	2.296	45	470
Coco-da-baía	400	4.000	40	600
Manga	39	624	25	285
Laranja	91	910	10	115
Maracujá	108	1.080	11	152

Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: Bruna Freitas.

A atividade canavieira apresentou durante décadas expressiva importância econômica e social na formação do espaço do Norte Fluminense e principalmente de Campos dos Goytacazes, que se tornou centro da movimentação econômica e social pelo cultivo da cana de açúcar (HADDAD, 2009, p. 20). Porém, nas décadas de 1980 e 1990, com o fim do [Digite texto]

Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ⁸, a crise do PROÁLCOOL⁹ e com a redução de recursos governamentais que eram inseridos na indústria da cana, o setor sucroalcooleiro entrou em colapso e simultaneamente observamos a redução de 26 usinas sucroalcooleiras concentradas em Campos para 8 usinas (AQUINO, 2008, p. 61).

Com a redução significativa das usinas, sucedeu em Campos dos Goytacazes um desemprego em massa e conseqüente êxodo rural, justificando a disparidade dos números da população rural nos anos de 1980 para os anos de 1991 (observados no gráfico 01) e também grandes latifúndios improdutivos onde eram localizadas as terras das usinas (AQUINO, 2008, p.62). É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra inicia suas atividades na região Norte Fluminense.

3.1 Contextualizando os assentamentos rurais e o caso do Norte Fluminense

Os assentamentos rurais são considerados unidades produtivas, construídos de forma política e simbólica, que estimula a permanência do homem no campo e o desenvolvimento rural (LEITE, 2000, p.39). A luta pela terra, na forma de ocupação e resistência, segundo Fernandes (2000), é um dos principais fatores para se compreender a questão agrária. Quando o Estado não realiza a reforma agrária, as ocupações servem como uma exigência ao governo para a efetuação de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2000, p.279).

O processo de formação dos assentamentos é composto por três fases: a primeira é a criação do projeto de assentamento, a segunda se refere à implantação e definição de um formato de organização e a terceira é a consolidação e reprodução das famílias e do projeto, sendo as três fases diferentes no que diz respeito às circunstâncias econômicas, sociais e políticas (LEITE, 2000, p.43). Essa formação conta não somente com trabalhadores que lutam pela terra, mas também com instituições como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); secretarias estaduais de agricultura; prefeituras; organizações não governamentais que dão apoio aos trabalhadores rurais; entidades ligadas às Igrejas e

⁸ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi fundado no governo de Getúlio Vargas visando à expansão e modernização da indústria sucroalcooleira, as principais ações do IAA consistiam no objetivo de “estabelecer regras para o relacionamento entre fornecedores e indústrias do setor canavieiro”, após, sua atuação é estendida para controle interno do preço e da produção do açúcar e também do álcool (ALVES, 1998, p. 1).

⁹ Através da queda do preço do petróleo no mercado internacional e a descoberta de bacias petrolíferas no Brasil, o país se torna cada vez mais independente em relação ao petróleo e seus derivados, tendo como consequência a redução de veículos movidos a álcool. A partir desses fatores, o PROALCOOL é extinto no início da década de 1990 (AQUINO, 2008, p. 61).

entidades de representação (sindicatos, CONTAG, MST, associações de produtores etc.) (LEITE, 2000, p.42).

Fernandes (2000) destaca que as ocupações,

[...] São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas [...] (FERNANDES, 2000, p. 282).

Segundo Fernandes (2000, p. 281), a ocupação ocorre pautada nos processos de espacialização, que seria o processo de acampamento e espacialização da luta, e territorialização, que ocorre quando o assentamento é consolidado. Na realidade agrária do país, que é baseada na concentração de terras, a ocupação, segundo o autor, é uma forma de processo “socioespacial e político complexo” que tem como objetivo a resistência, visando à criação dos assentamentos rurais. Zinga *et al* (2011, p. 147) colocam que “sem a execução de processos de desapropriação de grandes propriedades improdutivas e sua distribuição à população necessitada, é difícil modificar o modelo agroconcentrador brasileiro e gerar mais emprego e renda no campo”.

Segundo Zinga *et al* (2011, p. 147), a política de reforma agrária no Brasil é estruturada sobre dois pilares: o primeiro é a política de criação de assentamentos rurais, e ocorre por conta dos trabalhadores rurais que são desprovidos e carentes de um pedaço de terra, seu principal meio de produção, e que depende do Estado para adquiri-la. O segundo pilar, de acordo com Zinga *et al* (2011), são as políticas de apoio ao processo de reforma agrária, no qual ela diz que,

A realização de desapropriações é insuficiente quando não acompanhado pela execução de três vetores considerados essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar: a concessão de créditos a custo baixo, a oferta de assistência técnica de boa qualidade ao pequeno produtor e a criação de uma infraestrutura necessária à comercialização da produção. Esses vetores são concebidos a partir da ideia de que o trabalhador rural, ao ter acesso à terra sem os recursos necessários para explorá-la de forma eficiente e sustentada, estaria condenado à mesma situação de pobreza que se encontra boa parte da população rural do país. (ZINGA *et al*, 2011, p. 147).

Os assentamentos rurais também ocasionam o processo de retorno ou de entrada no campo, mostrando que a migração quando relacionada ao rural, nem sempre é resumida ao êxodo, como prova Aquino (2013, p. 27), em seu trabalho, que para o assentado o fato de

[Digite texto]

“morar no que é seu” e todas as considerações simbólicas que isso apresenta, faz da migração para o campo “algo extremamente positivo”.

Além da migração para o meio rural, Leite (2007, p.18) pontua que os assentamentos rurais provocam modificações nas regiões onde se encontram. O autor aborda alguns aspectos, como: redistribuição fundiária da região através da consolidação dos assentamentos, maior diversificação produtiva, diversificação dos canais de comercialização, maior acesso a políticas públicas, geração de emprego e melhor qualidade de vida.

Porém, também ficou evidente em sua pesquisa, a precarização de serviços básicos como saúde, escola, infraestrutura, acesso a assistência técnica entre outros, nos assentamentos rurais brasileiros (LEITE, 2007, p. 20). O autor indica que essa precarização possa se dar por dois motivos: a falta de intervenção do Estado no que diz respeito ao processo de distribuição fundiária, e o seguimento da precariedade material que ocorre no meio rural brasileiro (LEITE, 2007, p. 20).

Na região Norte Fluminense, com o fechamento de dezenas de usinas sucroalcooleiras e com o desemprego em massa assolando a região, várias ocupações de terra foram formadas, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fazendo com que o INCRA desapropriasse as terras improdutivas que anteriormente pertenciam às usinas (ALENTEJANO, 2011, p. 19).

Segundo AQUINO (2008),

Assim, a chegada do MST á região e sua aliança com os sindicatos e organizações, tais como a Comissão Pastoral da Terra, provocou a generalização das ocupações como instrumento de luta pelo retorno à terra e, abriu a possibilidade de incorporação de ex-trabalhadores da cana-de-açúcar e desempregados [...]. Integrantes do MST passaram então a ocupar as antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar que se localizavam em terras consideradas improdutivas. Entraram nos latifúndios falidos, montaram barracas e ergueram a bandeira. Enfraquecidos, muitos latifundiários não tiveram como preservar a inviolabilidade do território de suas usinas. (AQUINO, 2008, p. 63)

A primeira ocupação do MST no Norte Fluminense ocorreu na fazenda Capelinha em Conceição de Macabu em 1996, e no ano de 1997 a fazenda foi desapropriada (AQUINO, 2008, p. 63). Após isso, o MST se instalou na região com o objetivo de originar um amplo processo de ocupação de terras e o movimento tinha sua motivação nos inúmeros latifúndios improdutivos que pertenciam às usinas, porém, somente em abril de 1997 a atuação do MST

atingiu “o coração da região”, a cidade de Campos, quando as terras da Usina São João foram ocupadas (ALENTEJANO, 2011, p. 33).

A prevalência de uma concepção de assentamentos rurais que idealiza um perfil de trabalhador rural com extenso passado agrícola e trajetória de agricultor familiar e se assenta numa visão estritamente agrícola, se choca frontalmente com a realidade fluminense e está na raiz das dificuldades de realização da política de assentamentos no Rio de Janeiro, mesmo dentro dos estreitos limites vigentes (ALENTEJANO, 2011, p. 43)

Complementando suas afirmações, o autor destaca que ao chegarem à região do Norte Fluminense, principalmente em Campos, o MST encontrou empregados, subempregados e desempregados do setor canavieiro habitando as periferias das cidades da região, o que não se assemelha com a base original do MST, que eram formadas até então pelos “pequenos produtores empobrecidos ou expropriados” (ALENTEJANO, 2011, p. 36)

A permanência e ocupação dos membros do MST no Norte Fluminense foi particularmente importante, na visão do autor, pois a região concentra os maiores latifúndios e a maior parte dos trabalhadores rurais do Estado do Rio de Janeiro e com as ocupações e a instalação do MST na região, “o enorme e secular poderio dos latifundiários da cana-de-açúcar foi pela primeira vez colocado em questão”(ALENTEJANO,2011, p. 32).

3.2. Assentamento Zumbi dos Palmares

A ocupação na antiga Usina São João teve início em 12 de abril de 1997. A criação do projeto de assentamento começou quatro meses antes, quando membros do MST que já tinham se instalado na região de Campos, passaram a estruturar a ocupação através do mapeamento da área que seria ocupada e realizando cadastramento de famílias interessadas em participar, percorrendo a área urbana e rural da cidade de Campos dos Goytacazes (AQUINO, 2008, p. 64).

Segundo Aquino (2008, p. 65), a ocupação contou inicialmente com 730 famílias em uma área aproximada de 8.005 hectares, que continha nove fazendas pertencentes à antiga Usina São João, localizadas em Campos dos Goytacazes e em São Francisco de Itabapoana. A desapropriação dessa área foi finalizada em outubro de 1997 e no mês seguinte, o INCRA realizou o cadastramento oficial dos futuros assentados e o assentamento Zumbi dos Palmares foi então formado no ano de 1997, sendo o maior assentamento do Estado do Rio de Janeiro (AQUINO, 2008, p. 65).

Pedlowski (2011, p. 122) ressalta que o processo de desapropriação das terras foi considerado rápido, já que em menos de oito meses após a ocupação foi anunciado o processo de parcelamento dos 8.500 hectares. Podemos justificar a agilidade da desapropriação, com o fato de que membros do MST, ao falar dos funcionários que não foram pagos pela Usina São João, relacionaram à escravidão. Com isso, a ideia de que a Usina São João pudesse estar envolvida com trabalho escravo, fez com que o INCRA agisse com maior rapidez no processo de desapropriação das terras (DEW, 2011, p. 67).

Segundo Gonçalves (2012, p.73), a ocupação na Usina São João também trouxe mudanças no que diz respeito à mobilização, que além do MST, “a Comissão Pastoral da Terra¹⁰, Prefeitura de Campos¹¹, Sindicatos, Direita Católica, entre outros” também se envolveram no processo de ocupação, principalmente nas mobilizações feitas no espaço urbano. O autor complementa que além das famílias trazidas pelo MST, membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana e ex-trabalhadores da Usina São João se juntaram à ocupação e ao assentamento posteriormente (GONÇALVES, 2012, p.73).

Para João Pedro Stédile, principal liderança do MST, o resultado final da criação dos assentamentos deveria ser a “divisão dos latifúndios em assentamentos caracterizados por unidades coletivas, onde os beneficiários formariam agrovilas que seriam apoiadas por cooperativas destinadas a maximizar a geração de renda e os laços sociais entre os assentados”, porém, muitos assentados do Zumbi dos Palmares não tinham a mesma opinião (GONÇALVES, 2012, p. 74).

Sendo assim, no ano de 1998, o assentamento Zumbi dos Palmares, por sua extensa área territorial, foi dividido em cinco núcleos: Zumbi I conhecido como Porto dos Bondes. Zumbi II (Jacarandá), Zumbi III (São Gregório), Zumbi IV (Campelo) e o quinto núcleo é o Zumbi V (Cajueiro) e após o parcelamento das terras, foram criados no total 506 lotes com área média de 10 hectares cada (GONÇALVES, 2012, p. 16). Além da divisão em núcleos, a organização do assentamento idealizava pelo menos uma associação em cada núcleo, porém,

¹⁰ Segundo Dew (2011, p.65), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma “organização guiada por elementos de natureza religiosa e moral em benefício dos pobres, sem que haja uma pregação direta pela derrocada dos ricos”, e o papel da CPT na ocupação da Usina São João teve como objetivo “sensibilizar a área urbana, a partir de escolas e igrejas para criar um processo de solidariedade no momento da ocupação”. Com esse objetivo, a CPT conseguiu doação de roupas, medicamentos, sementes e ferramentas para os acampados da Usina São João.

¹¹ O apoio da Prefeitura de Campos, do então prefeito Anthony Garotinho, tinha como objetivo político na verdade de obter votos dos sem-terra, e para isso, apoiou a ocupação com água, alimentos não perecíveis, entre outras coisas. (DEW, 2011, p. 66).

“o que se percebe atualmente é que as associações se encontram fragilizadas e com pouquíssima participação efetiva”. (GONÇALVES, 2012, p. 17).

Após a consolidação do assentamento Zumbi dos Palmares, Pedlowski (2011, p. 127) aponta que a falta de canais de comercialização para o escoamento da produção dos assentados, elemento que segundo o autor, não teve atenção por parte do INCRA e outros órgãos governamentais, fez com que se instalasse no assentamento uma rede de atravessadores, que acabou se tornando o principal acesso dos assentados a diferentes mercados.

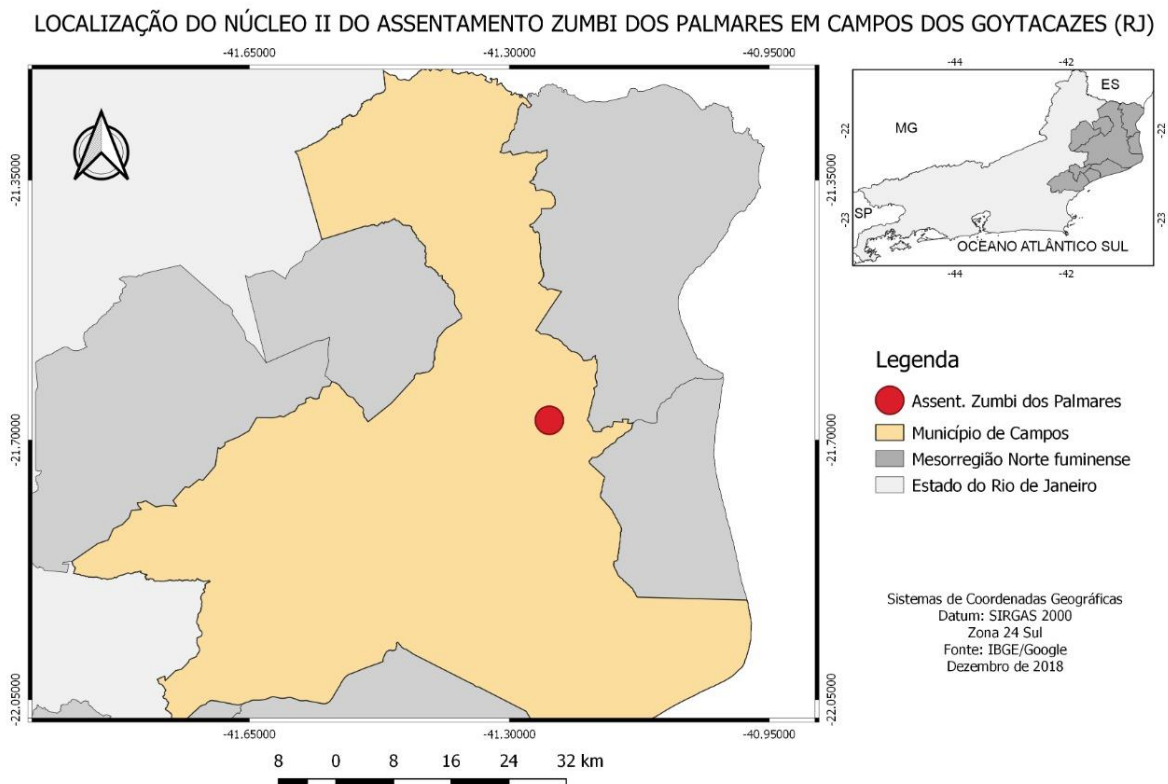
Pelas dificuldades na comercialização, os assentados buscaram se adequar a essa realidade, contraindo o que Pedlowski (2011, p.129) chamou de “mecanismos de autofinanciamento”, que inclui: a existência de aposentadoria por pelo menos um membro do lote; recurso financeiro vindo do trabalho na área urbana por membros da família, constituindo a pluriatividade; e a realização de atividades “extralote”, sendo de natureza rural ou não. Além desses mecanismos adotados pelos assentados, o arrendamento temporário dos lotes, que é comum, também é um autofinanciamento, porém “é tratado como tabu pelos assentados, dada as implicações legais e o medo da perseguição por parte dos técnicos do INCRA” (PEDLOWSKI, 2011, p.129).

Zinga *et al* (2011, p. 142) considera que a adoção de atividades não agrícolas pelos assentados servem como uma opção a mais de fonte de renda, e também serve para “apoio e incentivo para as atividades agrícolas”, podendo o pequeno agricultor investir parte da sua renda não agrícola em melhorias para o estabelecimento, além da renda não agrícola contribuir para “o enfrentamento dos riscos causados por secas, inundações e pragas nas plantações”. Sendo assim, no próximo capítulo iremos abordar as estratégias de reprodução econômica e social, em particular as rendas e como a pluriatividade aparece nas famílias do assentamento Zumbi dos Palmares, em especial, no núcleo II, intitulado Jacarandá.

CAPÍTULO 04 - A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ.

4.1. Análise dos resultados - Caracterização dos entrevistados e da unidade familiar

Foram aplicados 21 questionários semiestruturados no núcleo II (figura 4) do assentamento Zumbi dos Palmares, que surgiu de ocupações na Usina São João em 1997 e está situado dentro dos municípios de Campos dos Goytacazes (em sua maior parte) e em São Francisco de Itabapoana. O assentamento Zumbi dos Palmares se localiza a 7 km do centro de Campos (AQUINO, 2008, p. 64).



Fonte: Bruna Freitas

Figura 03 – Mapa de localização do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes.

Entre as 21 entrevistas realizadas, 11 (52,4%) foram respondidas por mulheres e 10 (47,6%) por homens, sendo 14 entrevistados proprietários do lote, 5 considerados agregados

[Digite texto]

familiar e 2 entrevistados agregados não familiar. Do total de entrevistas, 13 entrevistados (62%) residiam anteriormente na área urbana e somente 8 (38%) residiam na área rural (figura 02). Aquino (2008, p.40) ao falar da migração para o meio rural, seja pelo retorno (de quem já morou no campo) ou pela entrada (de quem tem sua origem na área urbana), pontua que “no espaço do assentamento, novas formas de socialização e novos saberes também foram adquiridos, conformando um estilo de vida específico”.

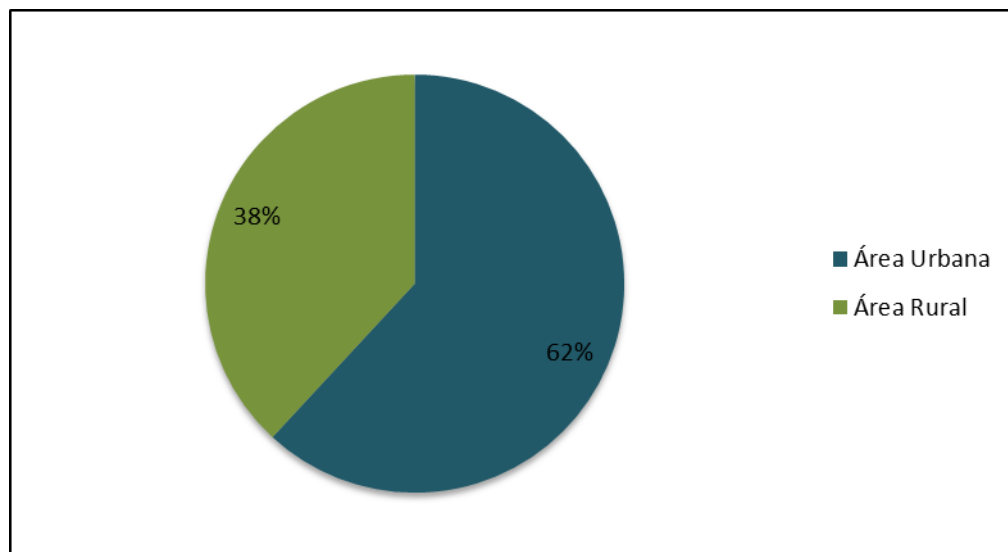


Figura 04 – Local de origem dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

Dos 13 entrevistados que residiam na área urbana, ao serem questionados por qual motivo decidiram se tornar assentados (as), apresentaram respostas similares, como por exemplo: “não pagar mais aluguel na cidade”; “trabalhar por conta própria”; “produzir para o próprio sustento”, “em busca de uma vida melhor” etc. E dos 8 entrevistados que residiam no no campo, a maioria pontuou: “oportunidade de conseguir um lote”, “morava antes em um lote menor”, “perdi o emprego na Usina e vim tentar”, “não tinha pra onde ir”, “vim com o MST”.

Quanto a quantidade de membros residindo atualmente nos lotes dos entrevistados (tabela 09), do total de 21, 8 entrevistados disseram residir atualmente 3 membros no lote (38,0%), 4 alegaram ter 2 membros (19,0%), 3 entrevistados disseram ter 6 membros compondo o lote (14,3%), 2 entrevistados com 5 membros (9,5%), 1 entrevistado mora sozinho no lote (4,8%), 1 lote composto por 4 membros (4,8%), 1 lote com 7 membros (4,8%)

[Digite texto]

e 1 com 8 membros (4,8%). Podemos caracterizar que a maioria dos lotes é constituído por 3 pessoas. O total alcançado com as entrevistas, a partir da soma dos membros, foram 80 assentados.

Tabela 09 – Quantidade de membros que residem nos lotes.

Quantidade de membros	Nº de famílias
1 pessoa	1
2 pessoas	4
3 pessoas	8
4 pessoas	1
5 pessoas	2
6 pessoas	3
7 pessoas	1
8 pessoas	1
Total	21

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018.

No que diz respeito ao ano de chegada das famílias no assentamento, 7 entrevistados (33,3%) se tornaram assentados no ano de consolidação do assentamento Zumbi dos Palmares, através da ocupação, no ano de 1997 (tabela 10). No que diz respeito aos outros entrevistados, os anos variam, como vemos na tabela 10.

Tabela 10 – Ano de chegada das famílias ao assentamento.

Ano de chegada ao assentamento	Nº de famílias
1997	7
1998	2
1999	1
2001	1
2003	2
2004	3
2005	1
2011	1
2013	1
2018	1
Não soube responder	1
Total	21

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

[Digite texto]

Em relação à faixa etária da família dos assentados, observamos a partir das respostas obtidas (tabela 11), que a maior taxa corresponde à idade de 19 a 25 anos (24%), seguida da faixa etária de 51 a 70 anos, que compõe 20% dos assentados. A partir do resultado, constatamos que, entre os entrevistados e suas famílias, não está ocorrendo o envelhecimento da população do campo¹², frequente no meio rural brasileiro.

Tabela 11 – Faixa etária dos entrevistados e suas famílias.

Faixa etária	Nº	%
0 a 6 anos	2	2%
7 a 10 anos	6	7%
11 a 18 anos	10	13%
19 a 25 anos	19	24%
26 a 40 anos	12	15%
41 a 50 anos	8	10%
51 a 70 anos	16	20%
71 a 90 anos	3	4%
Não soube informar	4	5%
Total	80	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

No que diz respeito à escolaridade, notamos que há uma predominância de baixa escolaridade entre os entrevistados e seus cônjuges (tabela 12) e entre os filhos (tabela 13) também. Na tabela 13, os 5 filhos que apresentam nenhuma escolaridade, se justifica pelo fato de que ainda não possuem a idade de 4 anos para entrarem na escola.

Tabela 12 - Escolaridade dos entrevistados e seus cônjuges.

Escolaridade	Nº
Até a 4º série	18
Ensino fundamental incompleto	3
Ensino fundamental completo	1
Ensino médio incompleto	4
Ensino médio completo	2
Nenhuma escolaridade	2
Não foi informado	7
Total	37

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

¹² ANJOS;CALDAS(2005) e CAMARANO;ABRAMOVAY(1999) são alguns dos autores que trabalham essa temática.

Tabela 13 – Escolaridade dos filhos dos entrevistados.

Escolaridade	Nº
Até a 4º série	19
Ensino fundamental incompleto	4
Ensino fundamental completo	3
Ensino médio incompleto	8
Ensino médio completo	1
Nenhuma escolaridade	5
Não foi informado	3
Total	43

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

A baixa escolaridade pela maioria dos assentados é um problema, pois a falta de instrução muitas vezes permite que os agricultores sofram perdas financeiras com os atravessadores e em outras formas de negociação. Constatamos isso baseado nas respostas dos assentados, ao falarem casos como *“pegou a produção, mas não pagou não”*, *“perdi tudo para eles”* (no caso os atravessadores). No que diz respeito à administração do estabelecimento, é notável que os assentados carecem de incentivo e auxílio para contabilizar os custos e os gastos, além de dar um valor justo a sua produção.

Durante a aplicação dos questionários pôde ser observado à insatisfação quanto a essa forma de comercialização, pelos atravessadores (intermediários). O assentamento Zumbi dos Palmares foi dividido em cinco núcleos com a intenção que se criasse serviços básicos como saúde e escola em cada núcleo, porém, na análise dos resultados, observamos que isso não ocorreu.

Dentro dos 21 entrevistados, 14 (66,7%) disseram não participar de nenhum grupo coletivo (cooperativas, associações, sindicatos), 6 (28,5%) manifestaram participar e 1 (4,8%) não soube responder. Entre os 6 assentados que participam de grupos coletivos, 2 participam da “Associação Jacarandá”, 3 assentados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e 1 assentado participa da “Associação Macuco”. Os grupos coletivos, como as associações e cooperativas são essenciais para que os agricultores familiares se organizem, para que possam conseguir benefícios em políticas públicas e programas, além de lutarem em conjunto para melhorias em relação à assistência técnica, comercialização e a produção

[Digite texto]

agrícola em si. Porém, os entrevistados que disseram não participar, deram como motivo o fato de “não funcionar”, “não traz benefício”, “só tem problemas” etc.

4.2. Caracterização dos processos produtivos

Após a caracterização da unidade domiciliar dos entrevistados, na análise dos processos produtivos que ocorrem nos estabelecimentos agropecuários, podemos notar que a maior parte das unidades possui a mão de obra exclusivamente familiar, compreendendo a resposta de 10 entrevistados (48%), 6 assentados (28%) disseram contratar diaristas nos momentos de plantio e colheita, quando se caracteriza o trabalho “mais pesado”, 4 (19%) disseram ter como mão de obra extra os parceiros e 1 assentado (5%) disse que a sua ajuda na produção é somente de maquinários, não contratando mão de obra extra. Perante os resultados, podemos notar uma importância significativa da família, como aponta Schneider (2009, p. 112) “é no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes”.

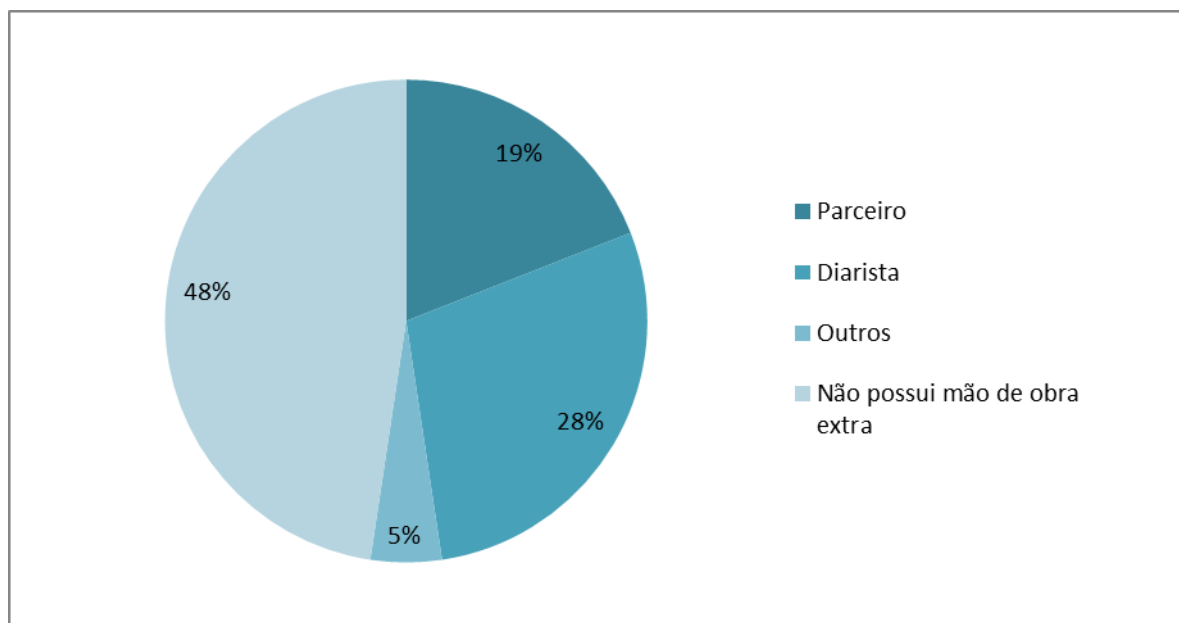


Figura 05 – Mão de obra extra utilizada no processo produtivo pelos assentados nos estabelecimentos agropecuários.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018.

[Digite texto]

A DAP (Declaração de Aptidão), documento de identificação do agricultor familiar, permite o acesso às políticas públicas como, por exemplo, o PRONAF, PAA, PNAE etc. Essa declaração não foi adquirida por 14 assentados (67%) e adquirida por 7 (33%). O resultado é alarmante (tabela 14), pois apesar de ser um direito dos agricultores familiares, a falta de informação, a dificuldade da emissão e a manutenção da DAP, faz com que eles não tenham acesso a políticas públicas e outros programas de incentivo a atividade agrícola. Os que não possuem a DAP alegaram: “*nunca ouvi falar*”, “*não sei o que é*”. O que mostra que as instituições, órgãos e movimentos sociais que atuam no assentamento, não possuem um trabalho profícuo e contínuo com o objetivo de instruir e acompanhar os agricultores familiares sobre seus direitos.

Tabela 14 – Acesso a DAP (Declaração de Aptidão) e assistência técnica.

	Possui acesso		Não possui acesso	
	Nº	%	Nº	%
Declaração de Aptidão (DAP)	7	33%	14	67%
Assistência Técnica	10	48%	11	52%

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

No que diz respeito à assistência técnica (tabela 14), 10 assentados (48%) disseram já ter recebido assistência técnica, de instituições como o INCRA, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e de movimentos como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e 11 (52%) alegaram nunca terem tido assistência técnica na propriedade. Dentre os que já receberam, os mesmos alegam que “*ninguém nunca mais apareceu*”, “*eles não vem mais aqui não*”.

A assistência técnica aos assentados é de fundamental importância para viabilizar melhor produção e evitar possível perda da mesma. Zinga *et al* (2011, p.149) pontuam que “a carência de assistência técnica se reflete em problemas como: necessidade de irrigação, a falta de máquinas para preparo do solo, o plantio fora de época e o uso de solos impróprios para alguns tipos de culturas”. Sendo assim, observamos que muitos problemas poderiam ser identificados e amenizados se os assentados recebessem assistência técnica periódica e contínua.

Podemos relacionar o uso de agrotóxico (figura 04) com a falta de assistência técnica e também a busca pela alta produtividade na atividade agrícola. 17 dos assentados (81%) afirmaram utilizar agrotóxicos, 3 (14%) afirmaram não utilizar agrotóxicos e 1 assentado (5%) não soube responder. Durante a aplicação dos questionários, foi comum ouvir dos assentados “*uso agrotóxico no que eu vendo*”, “*no que eu como não uso não*”, pois destacaram que sabem o dano que o agrotóxico traz a saúde. Porém, se utilizam no resto da produção, é possível que a produção para o próprio consumo também esteja contaminada. Os assentados entrevistados alegaram, e também é visivelmente perceptível ao andar pelo assentamento, que as principais culturas plantadas por eles são cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi, coco e hortaliças para o próprio consumo, além de a maioria possuir uma quantidade pequena de seu lote destinado à pecuária, principalmente criação de gado leiteiro.

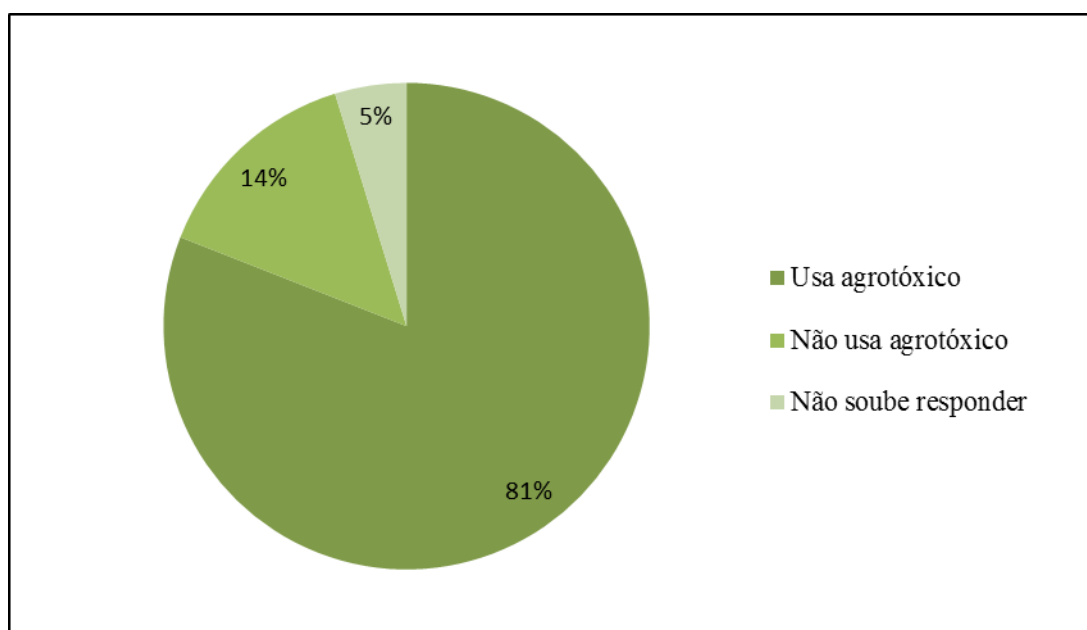


Figura 06 – Uso de agrotóxico pelos assentados do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

Dos 21 entrevistados, 13(61,9%) utilizam maquinário no seu estabelecimento, principalmente o trator. Em 7 assentados (33,3%) não há a utilização de nenhum tipo de maquinário e 1 assentado (4,8%) não respondeu. Quanto aos canais de comercialização da produção do estabelecimento (figura 05), observamos que 11 assentados (41%) vendem sua produção para atravessadores, 5 assentados (18%) comercializam a cana-de-açúcar com Usina [Digite texto]

(Usina Canabrava), 4 (15%) vendem para hortifrúti na cidade de Campos dos Goytacazes, 3 (11%) para mercados, 2 (7%) comercializam no Mercado Municipal, 1 (4%) em cooperativa e 1 (4%) na feira da roça em Campos.

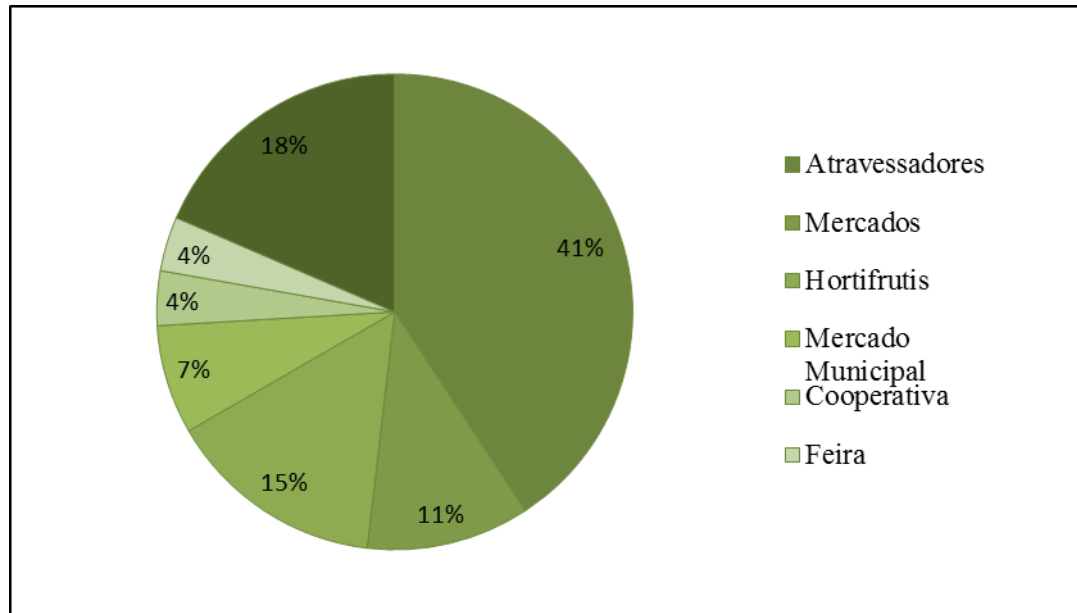


Figura 07 – Canais de comercialização dos assentados do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

O uso de intermediários, como principal forma de comercialização, interfere diretamente na geração de renda do estabelecimento, considerando que os intermediários pagam um valor muito abaixo do mercado, porém são vistos por muitos assentados como “*nossa única opção às vezes*”. A assentada L. se referiu aos intermediários como “*um pé no nosso pescoço né*”, e foi um dos fatores que a motivou a criar uma fábrica de farinha no estabelecimento, para que pudesse comercializar de forma mais independente.

Mesmo com todas as dificuldades que os assentados possuem no estabelecimento, 17 dos 21 entrevistados (81%) afirmaram que obtiveram melhora na sua qualidade de vida após a chegada ao assentamento (tabela 15), e quanto ao motivo da melhora, alegaram: “*gosto da agricultura*”, “*aqui não pago aluguel*”, “*trabalho em casa*”, “*roça é bom*”, “*tenho direito a aposentadoria rural*”, “*consumo meus próprios alimentos*”. 4 (19%) dos entrevistados [Digite texto]

disseram ter tido piora em sua qualidade de vida após a ida para o assentamento, alegando: “*perdi meu emprego*” (o assentado J.F. trabalhava na antiga Usina São João), “*‘planta’ mas não consegue vender*” e os outros 2 entrevistados não deram motivos.

Tabela 15 – Condição de vida após a chegada ao assentamento.

Condição de vida após a chegada no assentamento	Nº de famílias	%
Obteve melhora	17	81%
Obteve piora	4	19%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

Através dos itens de caracterização dos processos produtivos, notamos que a falta de assistência técnica, falta de incentivo na comercialização e na produção agrícola, é ocasionada não só pela falta de aptidão dos órgãos governamentais ou movimentos sociais que atuam no assentamento, mas também pela falta de instrução do assentado, que surge pela baixa escolaridade e a falta de um acompanhamento para instruí-lo. Um exemplo são os entrevistados que não possuem DAP e por conta disso, perdem possíveis programas e políticas públicas que talvez lhe fossem benéficos. No próximo subcapítulo, iremos analisar o fenômeno da pluriatividade entre os assentados entrevistados do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares.

4.3. Caracterização da renda dos assentados

Como vimos no capítulo 02, a pluriatividade ocorre quando a unidade familiar tem como fonte de renda a atividade agrícola e a atividade não agrícola. Na análise do núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares, dos 21 entrevistados (tabela 16), 12 assentados (57%) manifestaram ter a fonte de renda essencialmente agrícola, enquanto 9 assentados (43%) expressaram ter na composição da sua renda, atividade agrícola e não agrícola.

Tabela 16 – Renda agrícola ou pluriativa das famílias assentadas.

Fontes de renda	Nº	%
Renda agrícola	12	57%
Renda pluriativa	9	43%
Total	21	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018. Org: Freitas, 2018

Das 9 famílias que expressaram ter fontes de rendas não agrícolas na sua unidade familiar: 5 tem fontes de rendas não agrícolas através dos filhos (3 trabalham em comércio, 1 faz “*bico*” e outro é motorista na cidade de Campos), 2 famílias tem como fonte de renda não agrícola a fábrica de farinha e 2 famílias são atendidas pelo Bolsa Família (programa social do governo para dar assistência a famílias vulneráveis). Ao aplicar o questionário, nos deparamos com certa resistência nas respostas quanto à renda, já que o INCRA, como destaca Zinga *et al* (2011, p.151) “possui uma normativa que proíbe a realização de atividades econômicas externas ao lote por parte dos assentados”.

No que diz respeito à aposentadoria rural, que consideramos renda vinda da atividade agrícola, 7 entrevistados (33,4%) afirmaram receber aposentadoria, 11 (52,4%) afirmaram não receber e 3 (14,2%) entrevistados não responderam. A aposentadoria rural é considerada como um fator de direito dos agricultores familiares, e é uma renda que os auxilia no incentivo a produção agrícola e a permanência no campo.

Dos 12 assentados que afirmaram ter como fonte de renda somente a atividade agrícola, 5 afirmaram ter como principal destino da atividade agrícola, a venda para a Usina de cana-de-açúcar, no qual as chuvas do ano de 2018 na região, acabou favorecendo o cultivo da monocultura da cana no assentamento. Zinga *et al* (2011, p.159) afirmam que a preferência pelo cultivo da cana de açúcar está se tornando um “fenômeno recente” no assentamento Zumbi dos Palmares, e isso estaria acontecendo pois os assentados consideram a Usina como “um incentivo para plantar e vender”. Isso se torna um problema, pois o assentamento que antes tinha característica de diversificação produtiva acaba se resumindo uma parte considerável a monocultura da cana de açúcar. Justificamos a produção da monocultura da cana de açúcar pelos assentados por eles verem a Usina como um “*dinheiro certo*” fazendo com que a tradição da cana não dê lugar à diversidade produtiva, no assentamento em geral.

[Digite texto]

Observamos, durante o trabalho de campo, que a procura pela renda não agrícola veio através da insatisfação da atividade agrícola como única fonte de renda. Os entrevistados apontaram alguns motivos para a adoção de atividades não agrícolas: “*o agricultor não consegue se manter através da agricultura*”, “*pra aumentar a renda*”, “*não tem pra onde vender os produtos*”, “*pelo tamanho pequeno das terra, não temos como plantar muita coisa*”.

A atividade não agrícola, em junção com a atividade agrícola, pode ser mais do que somente para complementar a renda, e sim também, para servir como investimento na atividade agrícola. Zinga *et al* (2011, p.142) apontam que a renda não agrícola pode “contribuir para o enfrentamento dos riscos causados por secas, inundações e pragas nas plantações, e para amenizar fortes flutuações no nível de renda agrícola”.

Observamos que o núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares, por ser localizado perto da malha urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, é atendido pelo transporte coletivo, que segundo os entrevistados, passa na estrada principal que liga ao assentamento. O núcleo se localiza perto da área urbana e facilita o escoamento da produção, mesmo que a presença dos atravessadores seja a principal forma de comercialização dos assentados.

Apesar da atividade agrícola nos lotes ser uma exigência do INCRA para as famílias assentadas, e as atividades não agrícolas ser proibida, a falta de incentivo para a produção agrícola, os problemas com os canais de comercialização, a falta de assistência técnica e crédito no núcleo II do Assentamento Zumbi dos Palmares, faz com que as famílias tenham que se adequar a realidade. Como vimos, algumas famílias recorrem à produção da cana de açúcar para que tenham um “*dinheiro certo*” e outras famílias buscam nas atividades não agrícolas, sua forma de reprodução, para suprir necessidades básicas que somente com as atividades agrícolas não conseguem.

O questionário semiestruturado possuía um item que questionava aos assentados pluriativos sobre quanto eles ganhavam em cada atividade (agrícola e não agrícola), para que pudessemos aprofundar nossos resultados. Porém os assentados não retribuíram com respostas nossas perguntas. Após algumas reflexões, consideramos que isso ocorreu pelo medo da burocracia do INCRA, no qual muitas vezes nos perguntavam “*vocês são do INCRA?*” ao chegarmos às propriedades, o fato de sermos “*estranhos*” fez com que os entrevistados se sentissem “*ameaçados*” considerando que a adoção da atividade não agrícola

[Digite texto]

não é permitida legalmente pelo INCRA e também percebemos que a resistência dos assentados, além do que consideramos como os motivos, são permeados com o fato de não saberem contabilizar de forma exata seus lucros e gastos, mostrando uma falta de instrução que deveria ser sanada pelas instituições/movimentos que atuam no assentamento, como o INCRA, o MST e a CPT.

Mesmo que não tenhamos obtido o resultado esperado, podemos concluir que dos 21 entrevistados, o número inferior de 9 (43%) assentados adotaram como forma de reprodução a pluriatividade comparado aos 12 (57%) assentados que somente tem como fonte de renda a atividade agrícola. Entre os assentados que realizam o fenômeno da pluriatividade, podemos perceber em suas falas, que os mesmos não possuem a intenção de substituir a atividade agrícola (ao adotarem a atividade não agrícola), a pluriatividade entra na realidade dos assentados como forma de complementar a renda e assegurar as necessidades básicas da unidade familiar, o que às vezes não se consegue somente com a renda agrícola do lote.

Considerações Finais

Como palavras finais, podemos considerar que o presente trabalho buscou apresentar a relevância da agricultura familiar em números (com os dados secundários) e também seu reconhecimento, tanto entre os estudiosos do meio acadêmico quanto no espaço institucional no Brasil.

A região Norte Fluminense teve sua estrutura fundiária moldada pela elite agrária e pela concentração de terras através da monocultura da cana de açúcar, e hoje, a região é formada por assentamentos rurais, mostrando uma reorganização espacial resultado de uma demanda pela reforma agrária e maior diversificação produtiva. O município de Campos dos Goytacazes apresenta destaque com o maior número de assentamentos, inclusive o maior assentamento do Estado do Rio de Janeiro, o Zumbi dos Palmares, que foi nosso recorte espacial de análise onde buscamos analisar o fenômeno da pluriatividade.

Os assentamentos rurais de reforma agrária em Campos dos Goytacazes são necessários no que diz respeito ao abastecimento de alimentos da cidade, visto que os assentados do Zumbi dos Palmares comercializam para mercados, hortifrúteis, mercado municipal, etc. Além de auxiliarem os agricultores familiares a garantirem sua reprodução social, visto que passaram a ser proprietários de um “pedaço de terra”, como vimos nos resultados, 14 dos 21 entrevistados, possuem o título de posse dos lotes.

Porém, através dos resultados obtidos, observamos que mais do que políticas de assentamentos rurais, é necessário que os assentados tenham acesso a serviços básicos, como saúde, escola, saneamento. Além de políticas públicas, que os auxiliem na comercialização da produção e em assistência técnica para que o assentado possa ter uma produção de maior qualidade sem o uso exagerado de agrotóxicos. A escassez de recursos próprios para investir na produção e o pouco incentivo do governo tendem a comprometer o desenvolvimento da produção agrícola fazendo com que o mesmo busque nas atividades não agrícolas o complemento de sua renda, em função de assegurar sua permanência no campo.

Através da análise dos resultados, observamos que o fenômeno da pluriatividade ocorre no assentamento, porém, enfrentamos resistência em obter dados mais claros sobre o valor da renda e a composição da mesma, já que as famílias pluriativas que residem no

[Digite texto]

assentamento vivem de formas ilegítimas, pois o INCRA não permite a reprodução de atividades não agrícolas pelos assentados em políticas de assentamentos rurais.

Percebemos, através da presente pesquisa, que as políticas públicas que são voltadas para os agricultores familiares, não funcionam como deveriam, além de não abranger toda a diversidade e heterogeneidade que a agricultura familiar possui. Frente a essa realidade, os assentados e suas famílias buscam de formas próprias sua reprodução. A pluriatividade é uma dessas estratégias que surgem da carência de políticas públicas, como constatamos no trabalho de campo e, principalmente, por meio dos questionários.

Podemos concluir que a falta de políticas públicas, falta de incentivos para a produção agrícola, falta de assistência técnica contínua e falta de serviços básicos, são os grandes motivos que levaram os assentados a buscarem a pluriatividade como forma de reprodução e permanência no campo. Sendo assim, observamos que núcleo II do assentamento Zumbi dos Palmares necessita de atenção pelos órgãos governamentais e de ações mais eficientes dos movimentos sociais como o MST. Consideramos como formas de amenizar a atual situação dos assentados, uma criação de associação/cooperativa a fim de unir os assentados para lutarem juntos em prol de benefícios de programas e políticas voltados para os assentamentos rurais e agricultores familiares, além da criação de canais de comercialização para que possam ser mais independentes e para que cobrem preços justos por sua produção.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALENTEJANO, Paulo. **O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro**. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cezar P.; KURY, Karla Aguiar. (Org.). *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. *Ensaio FEE*, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005

ANJOS, Flávio S. dos. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.

ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, N. V. **Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas**. In: Campanhola, C; Graziano da Silva, J. (orgs.). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília, DF, v. 07, Embrapa informação tecnologia, 2004.

AQUINO, Silvia; MENGEL, Alex Alexandre. **Migrações para o campo através da reforma agrária: uma análise dos papéis da família nesse processo**. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.8, n.15, p. 1-33, fev. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm> Acesso: 09 de outubro de 2018.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CAMARGO, R.A.L; OLIVEIRA, J.T.A. **Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa**. *Ciência Rural*, v.42, n.9, set. 2012.

CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF, v. 07, Embrapa informação tecnologia, 2004.

CARNEIRO, M.J. **“Rural” como categoria de pensamento**. *Revista Ruris*, Campinas, v.2, n.1, p.9-38, 2008.

CAZELLA, A.A. et al. **Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa**. In: CAZELLA, A.A. et al. (Organizadores). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.47-70.

[Digite texto]

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Disponível em <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>> Acesso em: 20 out. 2018.

COSTA RAUBER, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: análise a partir dos sistemas agrários**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DEW, Edward. **Samba revolucionário: a revolta agrária que quase todo mundo apoia**. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cezar P.; KURY, Karla Aguiar. (Org.). *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2012.

HADDAD, Ludmila Neves. **Analisando as tensões entre produção agrícola e conservação ambiental no contexto dos assentamentos de reforma agrária, Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar: Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

LEITE, SERGIO et al. **Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais**. Revista Economia Ensaios, v.32 n°1. 2007.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Pedro Sisnando *et al.* (orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo, v. 21, 2000. Disponível em: <http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvim ento_sustentavel.pdf>

MATTEI, L. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, n° 04, p. 1055-1073, out/dez 2007.

MATTEI, L. **Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

NASCIMENTO, C. A. do. **A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009.

PEDLOWSKI, M.A.; BELO, D.C. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra**. Revista NERA. Presidente Prudente, nº24, jun. 2014.

PEDLOWSKI, Marcos A. **Os limites da reforma agrária desassistida na região norte do Estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados**. In: PEDLOWSKI, Marcos A.; OLIVEIRA, Julio Cezar P.; KURY, Karla Aguiar. (Org.). *Desconstruindo o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

PLEIN, CLÉRIO. **As metamorfoses da agricultura familiar o caso do município de Iporã d' Oeste**. Dissertação – UFRGS, Porto alegre, 2003.

QUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso. **O desenvolvimento da política agrícola comum da União Europeia**. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 13, n. 3, 2016 p. 374-389

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, Marcelo Antônio. **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil**. In: NEIMAN, Guillermo; CRAVIOTTI, Clara. (Org.). *Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. **A Agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Chile. Set. 2013.

SILVA, Juliene Martins; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n.29, 2016.

SOUZA, Raquel Pereira; SOUZA, Marcelo Santos. **O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas**. Rio Branco – Acre, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. Minas Gerais. Out. 1996.

WANDERLEY, M.N.B. **“Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”:** dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. In: Delgado, Guilherme Costa; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ZINGA, M.R.M; PEDLOWSKI, M.A; NEY, M.G. **Condicionantes da evasão e permanência em assentamentos da reforma agrária: o caso do Zumbi dos Palmares.** In: PEDLOWSKI ,Marcos A.; OLIVEIRA,Julio Cezar P.;KURY, Karla Aguiar. (Org.). o latifúndio: a saga da reforma agrária no norte fluminense. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

ROTEIRO N° _____

Nome (não é obrigatório).

Data: _____ Idade: _____

Sexo: M () F ()

Lote: _____

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DOMICILIAR

1. Qual o seu local de origem? (onde nasceu) _____

2. Onde morava antes de chegar ao assentamento? _____

() Área Urbana () Área Rural

3. Ano de chegada ao assentamento: _____

4. Em relação ao lote, você e sua família são:

1. () Proprietários

5. () Meeiro

2. () Agregados familiares

6. () Outros

3. () Agregados não familiares

4. () Arrendatário

Se outros, explique _____

5. Por que decidiu se tornar um assentado (a)?

6. Você participa de algum grupo organizado neste assentamento? Exemplo:

Cooperativa () Associação de moradores () Sindicato dos trabalhadores rurais de Campos

()

Outro ()

Se sim, qual o nome _____

[Digite texto]

Se outro, qual _____

7. As condições de vida melhoraram após a vinda para o assentamento ou pioraram?

Sim (). Por quê? _____

Não (). Por quê? _____

8. Enfrentam algum problema no assentamento? Se sim, qual?

CARACTERÍSTICAS DOS OCUPANTES DO LOTE

9. Quantas pessoas moram atualmente no lote? _____

10. Informações sobre os moradores:

Sexo (1)	Parentesco com o entrevistado	Idade	Escolaridade (2)	Dedica quanto do seu tempo à atividade agrícola? (3)	Principal fonte de renda? (4)

(1) - Masculino/Feminino

(2) - Analfabeto; lê e escreve; Até 4a Série (Primário); Fundamental incompleto; Fundamental Completo; Médio completo (Colegial); Médio incompleto; Nível técnico; Superior incompleto; Superior completo; Não soube informar.

(3) – Dedica mais de 80% do tempo de trabalho total a agricultura; Entre 50 e 80% do seu tempo; Menos de 50% do tempo ou trabalha na atividade agrícola somente em datas pontuais. (Importante para ver se todos os moradores participam da atividade agropecuária).

(4) - A principal fonte de renda é agricultura, atividades não agrícolas ou atividades agrícolas e não agrícolas.

[Digite texto]

11. Na unidade familiar alguém realiza atividade extra para gerar dinheiro? (Atividade extra/atividade não agrícola/bico)

Parentesco	Atividade Extra

Ex: Agroindústrias, comércio, serviços domésticos, professora/professor, artesanato, outros.

CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS

12. Possui mão-de-obra extra para ajudá-lo nas atividades agropecuárias?

Sim () Não ()

13. Em caso positivo, por quem ela é formada:

() Parceiros () Diaristas () Outros (especificar)

14. Desde que chegou ao lote, já recebeu/fez algum tipo de crédito financeiro?

() Crédito Rural

() Empréstimo privado

() Empréstimo com pessoa física

() Não fez

() Outros.

15. Vocês possuem a DAP (Declaração de Aptidão)?

Sim ()

Não (). Se não, por quê? _____

16. Vocês já receberam alguma assistência técnica desde que estão no assentamento? (Ex: Emater).

Se sim, por qual órgão? _____.

Se não, por quê? _____

17. Participam de alguma política pública ou de algum programa para incentivar a atividade agrícola?

Se sim, qual? _____

Se não, por quê? _____

[Digite texto]

18. Você já utilizou ou utiliza alguma técnica ou utensílio que faz a produção/qualidade dos produtos aumentarem? (Ex: mandala, fertilizante natural, utensílio para perfurar a terra/por semente, tempo de colheita diferente, etc.).

Sim (). Se sim, qual? _____

Não ()

19. Vocês utilizam algum remédio/agrotóxico no cultivo? () Não

() Sim

() Não respondeu/ Não sabe

20. Quanto à utilização de máquinas agrícolas, quais vocês usam aqui na sua propriedade?

21. Para onde vocês comercializam a produção?

() Autoconsumo familiar

() Vendas em feiras

() Cooperativas

() Atravessadores

() Supermercados

() Mercado Municipal

() Outros. Quais? _____

CARACTERIZAÇÃO DA RENDA DOS ASSENTADOS

22. Possui outras fontes de renda fora da agricultura? Quais?

() Aposentadoria

() Aluguel

() Poupança

() Comércio

() Programas assistencialistas (Ex: bolsa família, etc.)

() Não possui

() Outra (especificar):

23. Característica econômica dos assentados:

Tipo de Renda	Valor
AGRÍCOLA	
NÃO AGRÍCOLA	
TOTAL	

[Digite texto]

24. Se positivo pra renda não agrícola, o que os levou a buscar essa atividade?

25. Na sua visão, a maior fonte de renda vem da atividade não agrícola ou da atividade agrícola?

26. Se vier da atividade não agrícola, o que acha que levou a isso?

27. Todos os moradores do lote conciliam a atividade agrícola com a atividade não agrícola?

28. Você gostaria de falar mais alguma coisa que não tenha sido perguntado sobre a sua situação aqui no lote?

BRUNA ALESSANDRA DE GOUVEIA FREITAS

**AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE: O
CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de
Bacharelado em Geografia, como
requisito parcial para conclusão do
curso.

Aprovada em 17 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Erika Vanessa Moreira Santos (Orientadora) – UFF



Prof^a. Dr^a. Vanuza da Silva Pereira Ney- UFF

Prof^a. Ms Jeniffer Silvana da Silva Dias - UFF